



**Boletim de
Conjuntura
Econômica**

12

novembro e dezembro/20

sãojudas ›

usjt.br

Sumário

- 1. Atividade Econômica**
- 2. Inflação e Preços**
- 3. Mercado de Trabalho**
- 4. Contas Públicas**
- 5. Contas Externas**
- 6. Crédito e Juros**
Bolsa de Valores
- 7. Considerações Finais**

1. Atividade Econômica

PIB – Produto Interno Bruto

O PIB apresentou crescimento de 7,7% na comparação do terceiro trimestre de 2020 contra o segundo trimestre de 2020, considerando a série com ajuste sazonal. Na comparação com igual período de 2019, houve variação negativa de 3,9% no segundo trimestre do ano. No acumulado dos quatro trimestres terminados no segundo trimestre de 2020, o PIB registrou contração de 3,4% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Em valores correntes a preço de mercado, o PIB totalizou R\$ 1.891,7 bilhões, sendo R\$ 1.627,6 bilhões referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 264,1 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de subsídios. Este resultado da atividade econômica nacional se deve pela reabertura de muitas atividades econômicas que tinham sido paralisadas com a surgimento pandemia de COVID-19, que forçou o fechamento de diversos serviços e setores considerados não essenciais desde o começo do surto no país.

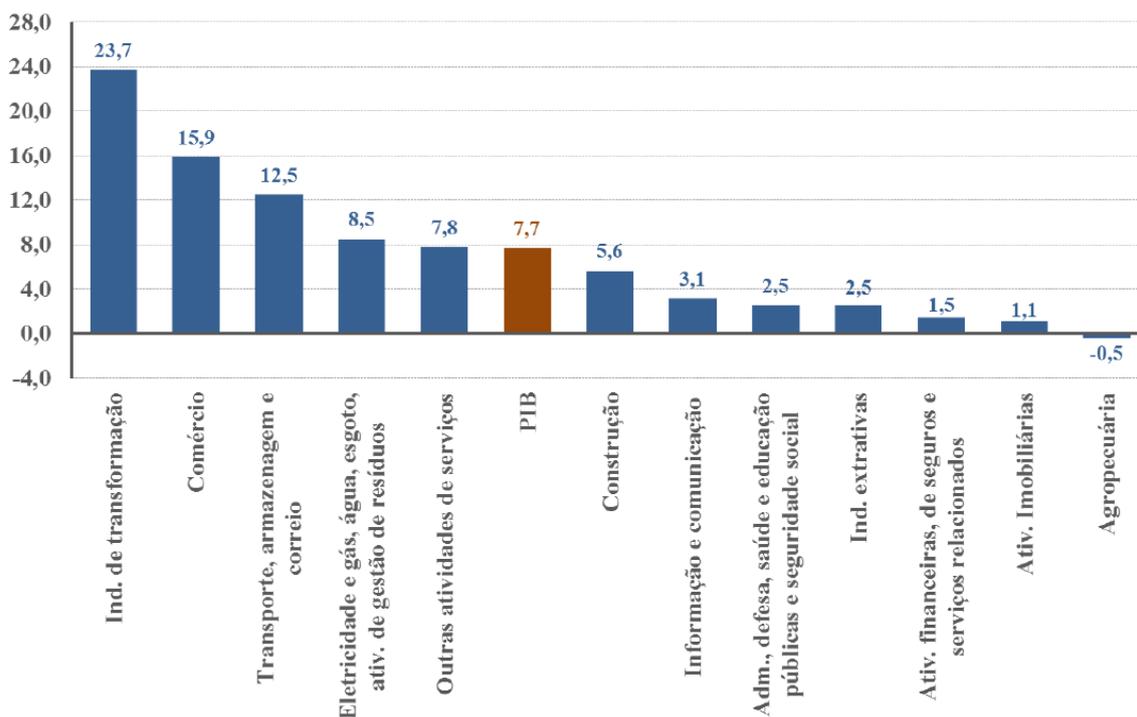
Tabela 1 – Principais resultados do PIB a preços de mercado

Taxas (%)	2019.III	2019.IV	2020.I	2020.II	2020.III
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior	1,30	1,40	-0,30	-5,60	-5,00
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	1,40	1,40	1,00	-2,10	-3,40
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	1,30	1,60	-0,30	-10,90	-3,90
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	-0,20	0,20	-1,50	-9,60	7,70

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

Com relação aos setores da economia, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a Indústria de transformação teve o maior crescimento, com 23,7%, o Comércio também se destaca (15,9%). Também com crescimento mas abaixo da média do PIB (7,7%), estão os setores de Construção (5,6%) e Informação e Comunicação (3,1%). Apenas a Agropecuária teve pequena queda de 0,5%.

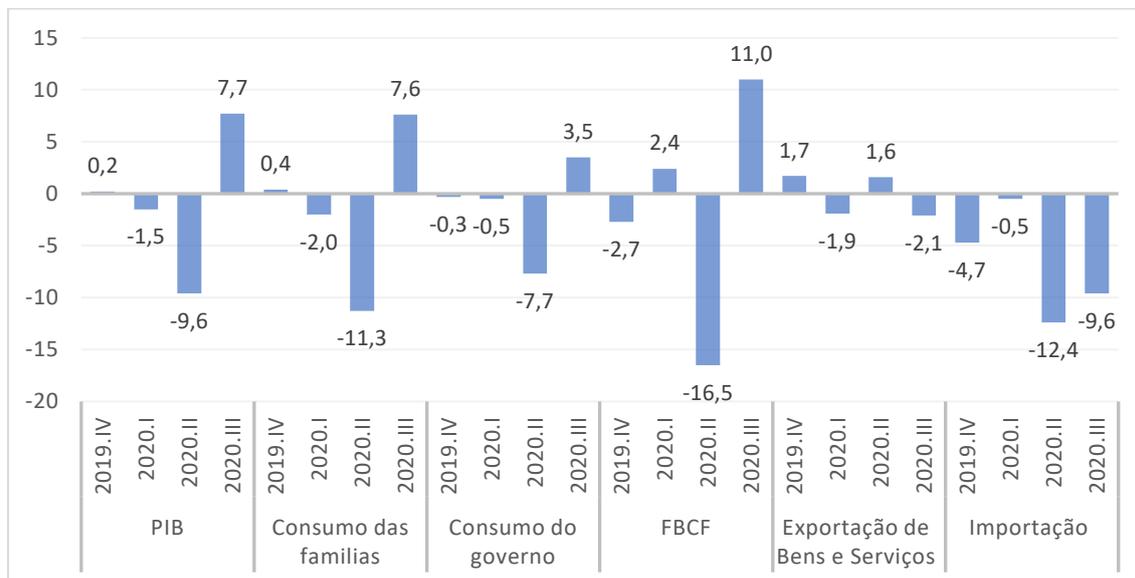
Gráfico 1 – PIB e Subsetores – taxa percentual do trimestre em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

Entre os componentes da demanda agregada, na comparação com o trimestre anterior, a Formação Bruta de Capital Fixo (11,0%) a Despesa de Consumo das Famílias (7,6%) e a Despesa de Consumo do Governo (3,5%) apresentaram crescimento com a reabertura. No que se refere ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços tiveram uma queda de 2,1%, e as Importações de Bens e Serviços com que ainda maior (13,2%) em relação ao segundo trimestre de 2020.

Gráfico 2 - PIB e Componentes da Demanda – taxa percentual do trimestre em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

IBC-BR

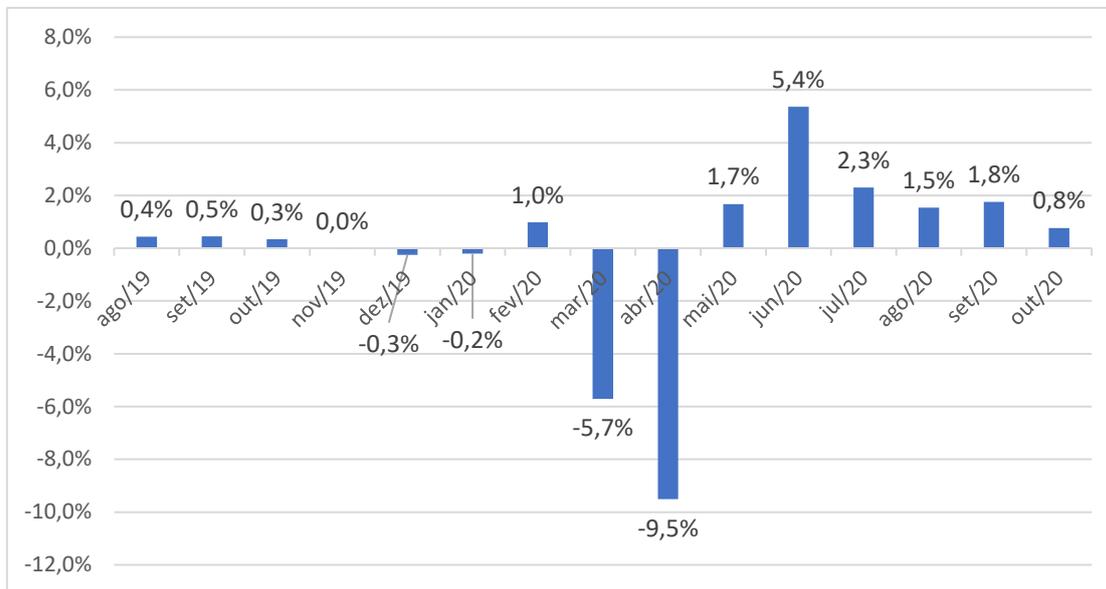
O Índice de Atividade Econômica (IBC-BR) avançou pelo sexto mês seguido em outubro, apresentando uma alta de 0,8% ante o mês anterior. No mês de setembro o IBC-BR cresceu 1,8% em relação ao mês anterior, dessa forma o índice segue no campo positivo, mas com taxas cada vez menores, em sinal claro de desaceleração. As seis altas sinalizam uma recuperação econômica, após forte tombo de 9,27% em abril, que foi o mês de maior impacto da crise causada pela pandemia da Covid-19. Já na comparação com o mesmo mês de 2019, o índice registrou uma queda de 1,59%.

Esse resultado exibe de forma mais clara os efeitos causados pela pandemia do Corona vírus. Em março, primeiro mês de impacto da Covid-19 na economia, o IBC-Br já havia registrado retração de 5,89% na comparação com fevereiro, e no momento o índice vem recuperando as grandes quedas de março e abril, apresentando índices positivos.

Os dados apresentados foram influenciados pela desaceleração da produção industrial, a venda do varejo restrito e prestação de serviço, e refletem o primeiro mês completo sob os efeitos da pandemia, uma vez que o isolamento social no Brasil foi adotado em meados de março, agora com a economia voltando a normalidade e o

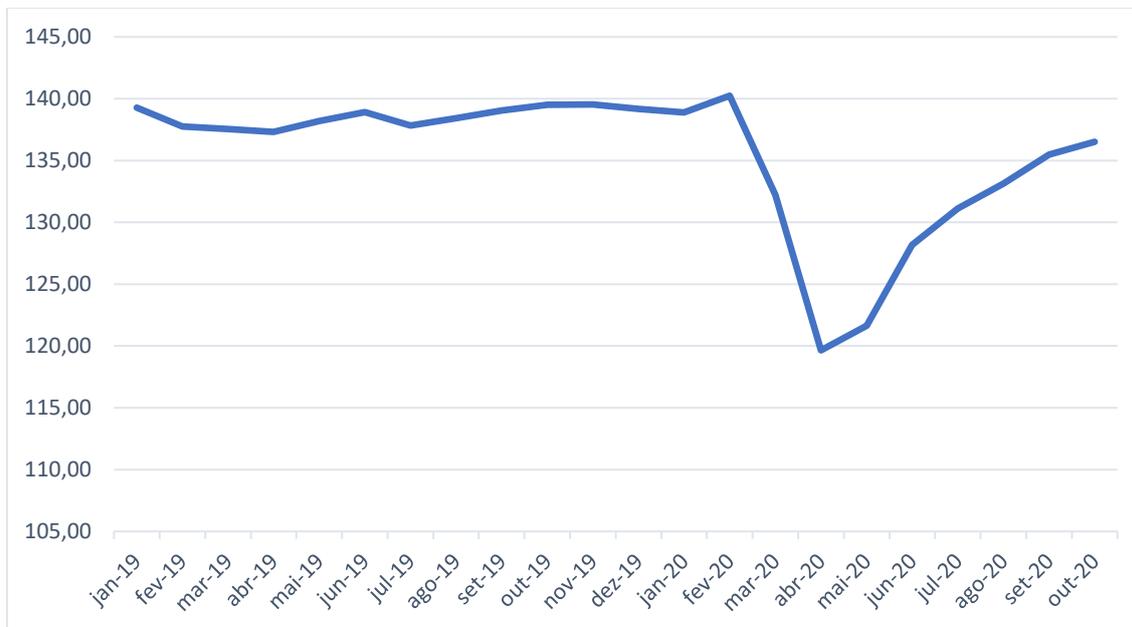
isolamento social, aos poucos saindo de vigor e a produção industrial, vendas do varejo e prestação de serviços buscando a normalidade.

Gráfico 3 – Evolução mensal do IBC-BR (mês/mês anterior c/ ajuste sazonal)



Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

Gráfico 4 - Evolução mensal do IBC-BR (em número-índice)

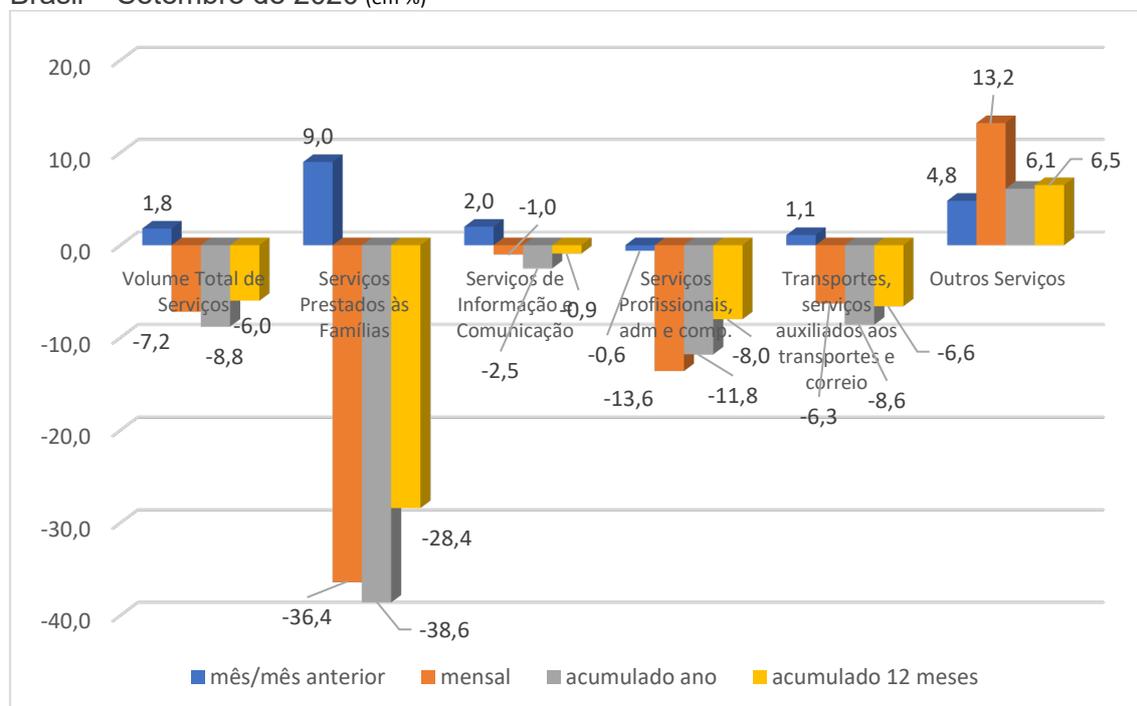


Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

SERVIÇOS

Em setembro de 2020, o volume de serviços no Brasil, ao avançar 1,8% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, alcançou a quarta taxa positiva seguida, gerando um ganho acumulado de 13,4%. Vale lembrar, contudo, que esse resultado sucede uma sequência de quatro taxas negativas (entre fevereiro e maio deste ano), período em que acumulou uma perda de 19,8%. Na série sem ajuste sazonal, no confronto com igual mês do ano anterior, o total do volume de serviços recuou 7,2% em setembro de 2020, sétima taxa negativa seguida. No indicador acumulado de janeiro a setembro de 2020, o volume de serviços mostrou queda de 8,8% frente a igual período do ano anterior. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao recuar 6,0% em setembro de 2020, manteve a trajetória descendente iniciada em janeiro último (1,0%) e apontou o resultado negativo mais intenso desde o início da série histórica, iniciada para esse índice, em dezembro de 2012.

Gráfico 5 - Variação Mensal do Setor de Serviços com Ajuste Sazonal
 Brasil – Setembro de 2020 (em %)

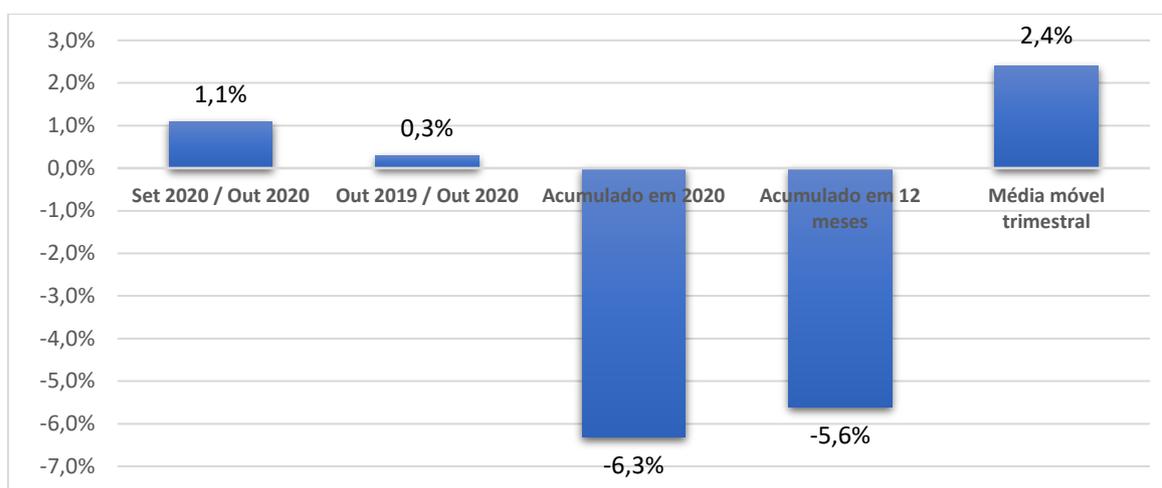


Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Indústria

A atividade industrial apresentou crescimento de 1,1% na passagem setembro para outubro, segundo dados apresentados pela Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), em sua série com ajuste sazonal. O resultado representa a sexta alta consecutiva e supera a perda acumulada de 27,1%, registrada entre março e abril de 2020, em razão do isolamento social provocado pelo novo Coronavírus. Já no comparativo com o mesmo mês de 2019 os dados mostram uma variação positiva de 0,3%. No entanto, no acumulado do ano e nos últimos 12 meses houve queda de 6,3% e 5,6%, respectivamente. O total da indústria em evolução do índice de média móvel trimestral houve uma expansão de 2,4%.

Gráfico 6 - Variação percentual da produção da Indústria
Brasil – outubro de 2020



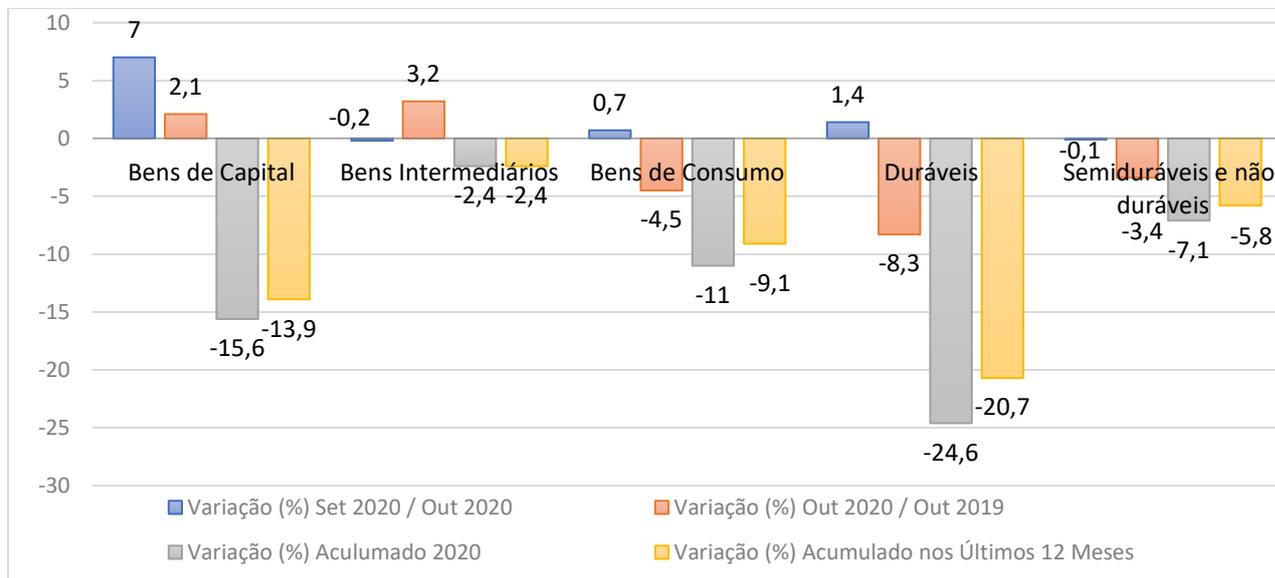
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - PIM
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Em relação as grandes categorias, em outubro os bens de capital e os bens de consumo duráveis apresentaram variação positiva, estes com crescimento de 1,4% e aqueles com alta de 7,0% (maior alta do mês em referência). Os bens intermediários e os bens de consumo semi e não duráveis interromperam a sequência de cinco meses de crescimento e registraram variação negativa de 0,2% e 0,01%, na devida ordem.

Comparando-se os dados atuais com o mesmo mês em 2019, obtiveram alta os bens de capital (2,1%) e os bens intermediários (3,2%). Os bens de consumo duráveis caíram 8,3% e o semi e não duráveis tiveram retração de 3,4%. Na variação

acumulada no ano e no acumulado nos últimos 12 meses todas as categorias registraram queda.

Gráfico 7 - Variação % da produção industrial por categoria de produto



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - PIM
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

COMÉRCIO

Em setembro de 2020, o volume de vendas do comércio varejista apresentou um resultado positivo de 0,6%, frente ao mês imediatamente anterior, na série sem ajustes sazonais. Quinta variação positiva consecutiva desde o mês de maio de 2020. O índice de média móvel trimestral mostrou uma evolução no varejo, após um aumento de 5,4% no trimestre encerrado em agosto, mostrou uma variação de 2,8% no trimestre encerrado em setembro.

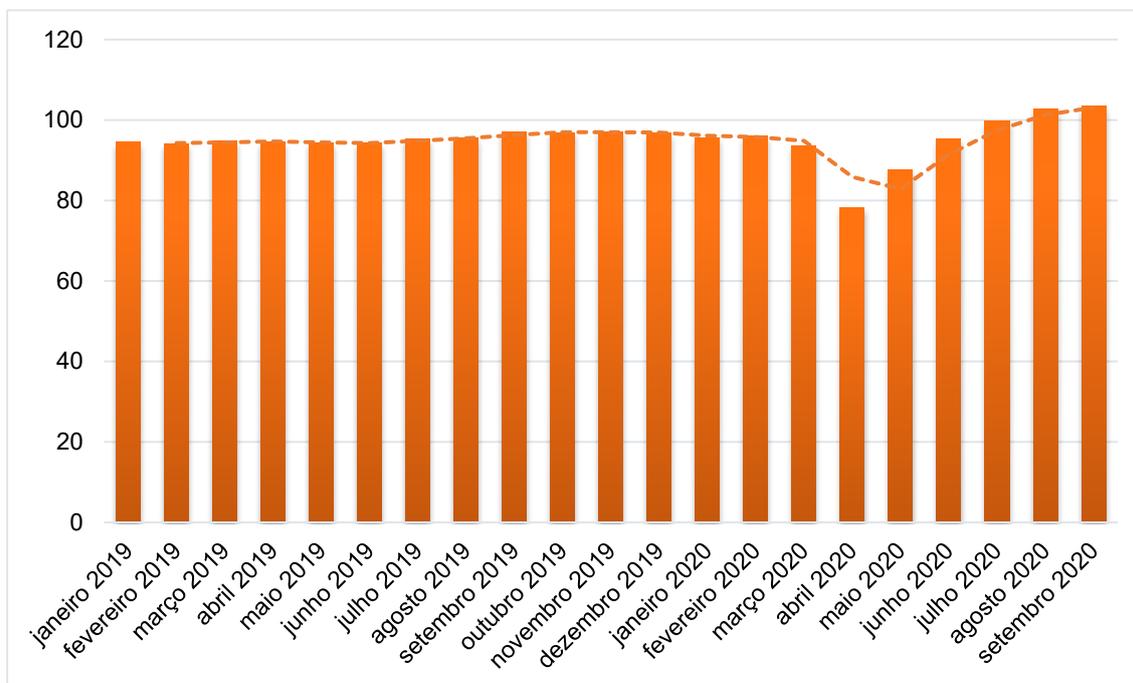
COMÉRCIO VAREJISTA

Em setembro de 2020, o volume de vendas teve um aumento de 1,2% em relação a agosto do mesmo ano, representou também a quinta variação consecutiva deste indicador. A média móvel do trimestre encerrado no mês de setembro registrou um aumento de 4,0%, reduzindo o ritmo de vendas, quando comparada a média móvel nos trimestres encerrados em agosto (7,4%) e julho (11,1%).

Na série dessazonalizada, o comércio varejista aumentou 7,3% em setembro de 2020, quarta taxa positiva consecutiva. O varejo assim registra estabilidade no período de janeiro a setembro, após seis meses no campo negativo desse indicador.

No acumulado dos doze meses, mostra um aumento no ritmo de vendas pelo terceiro mês consecutivo, passando de 0,5% em agosto para 0,9% em setembro.

Gráfico 8 – Volume de vendas do varejo com ajuste sazonal – Índice de base fixa e média móvel – janeiro/19 – setembro/20



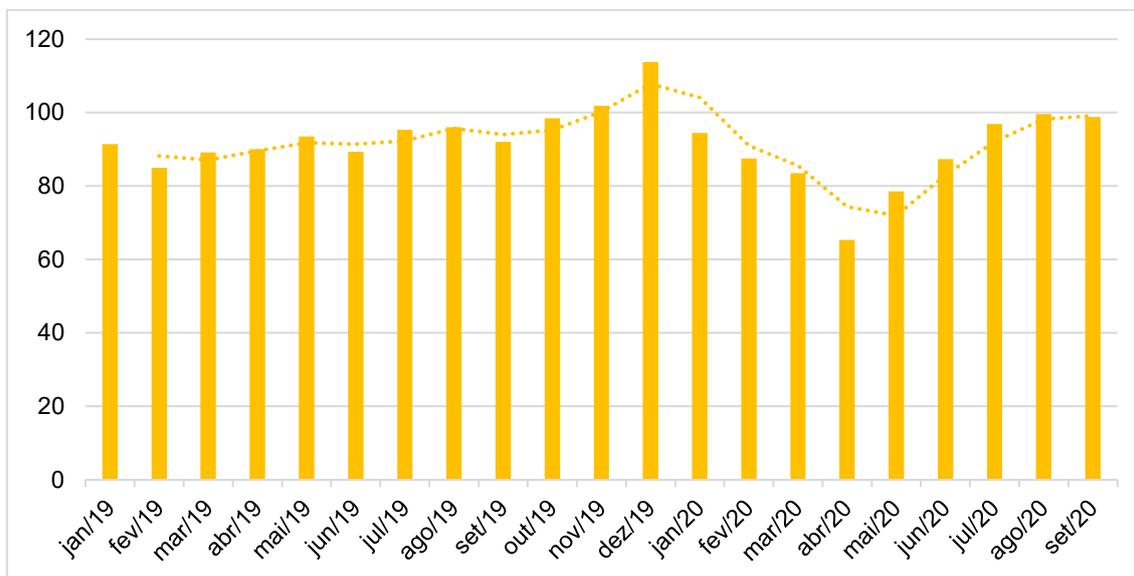
Fonte: IBGE - PMC

Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO

Mostrou um aumento de 7,4%, contra aumento de 3,8% em agosto de 2020, terceira taxa positiva consecutiva. A variação acumulada de janeiro a setembro mostrou um recuo de 3,6% contra a queda de 5,0% apontada até agosto. O indicador dos últimos doze meses, passou de -1,7% a -1,4% em setembro, mostrando uma redução na intensidade de perda pelo terceiro mês consecutivo.

Gráfico 9 – Volume de vendas do varejo ampliado com ajuste sazonal – índice de base fixa e média móvel – janeiro/19 – setembro/20

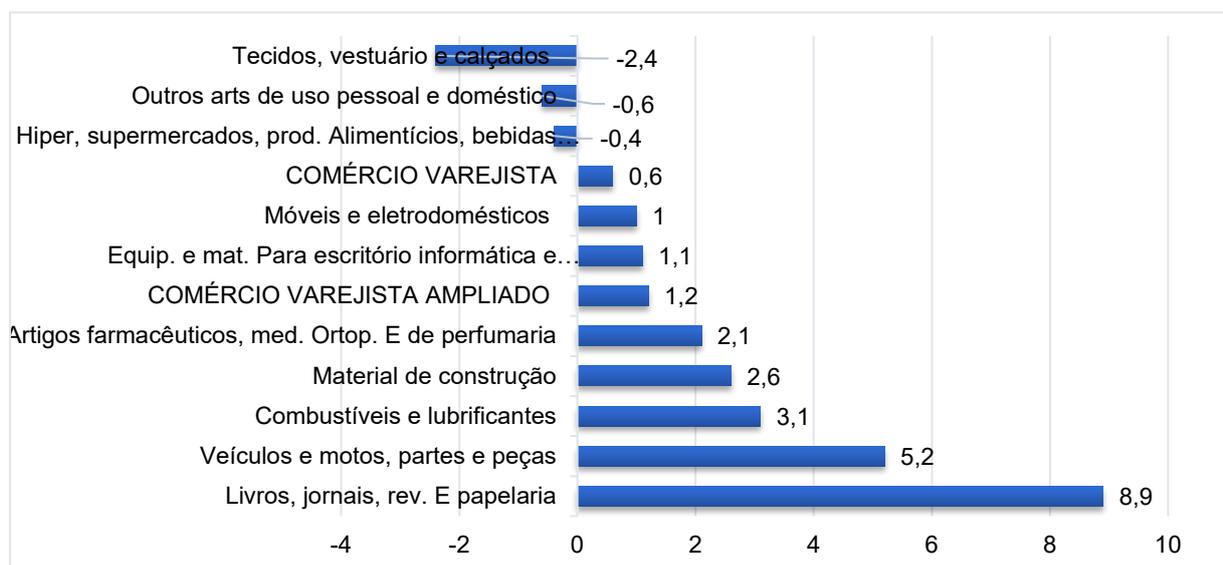


Fonte: IBGE - PMC
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

RESULTADOS SETORIAIS

O acréscimo de 0,6% no volume de vendas do comércio varejista na passagem de agosto para setembro de 2020, na série com ajuste sazonal, teve grande quantidade de taxas positivas, atingindo cinco das oito atividades pesquisadas, elencadas a seguir por ordem de magnitude de taxa: Livros, jornais, revistas e artigos de papelaria (8,9%), combustíveis e lubrificantes (3,1%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (2,1%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (1,1%) e móveis e eletrodomésticos (1,0%). Pressionando negativamente, figuraram três setores: tecidos, vestuário e calçados (-2,4%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-0,6%) e Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,4%). Considerando o comércio varejista ampliado, para essa mesma comparação, o setor de veículos, motos, partes e peças registrou crescimento de 5,2% enquanto em material de construção, o aumento foi 2,6%, ambos, respectivamente, após avanços de 8,3% e 3,6% registrados no mês anterior.

Gráfico 10 – Volume de vendas do comércio varejista e varejista ampliado por segmento – Indicador mês/mês imediatamente anterior – Série com ajuste sazonal – setembro 2020



Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT
Fonte: IBGE - PMC

2. Inflação e Preços

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de novembro foi de 0,89%, 0,03 pontos percentuais acima da taxa de outubro (0,86%). Essa é a maior variação para um mês de novembro desde 2015, quando o IPCA foi de 1,01%. No ano, o indicador acumula alta de 3,13% e, em 12 meses, de 4,31%, acima dos 3,92% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em novembro de 2019, a variação havia sido de 0,51%.

Tabela 2 - IPCA-IBGE. Variação mensal, acumulada e a ponderação por capital. Brasil – Novembro de 2020.

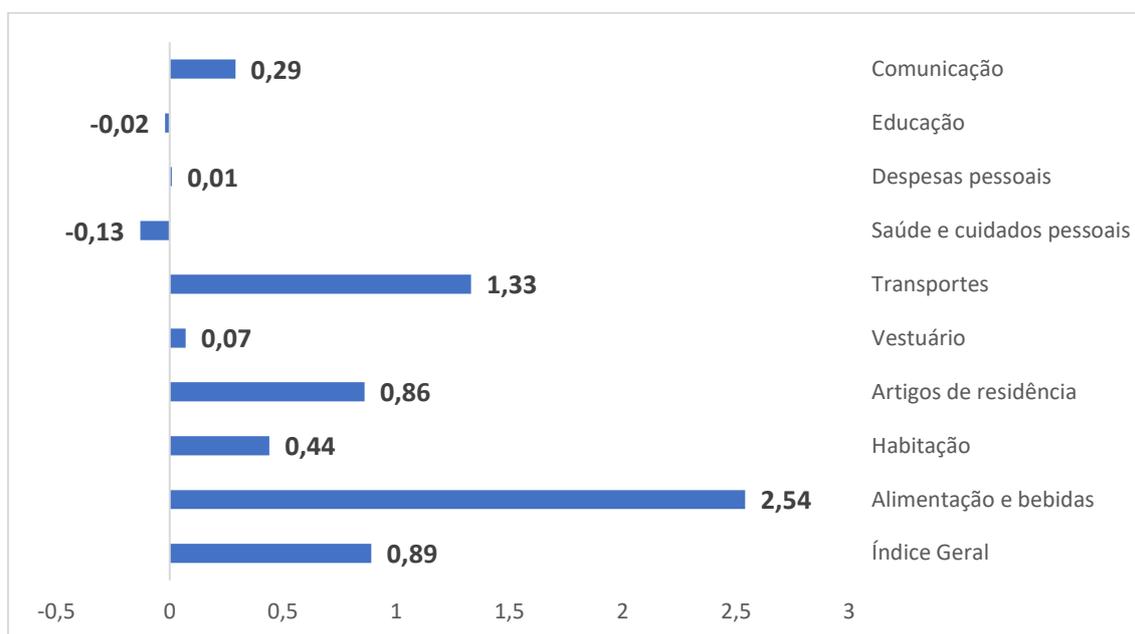
Região	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação Acumulada (%)	
		Outubro	Novembro	Ano	12 meses
Goiânia	4,17	0,85	1,41	3,07	4,51
Salvador	5,99	0,45	1,17	3,36	4,66
Rio Branco	0,51	1,37	1,1	4,68	5,31
São Paulo	32,28	0,89	1,04	3,27	4,24
São Luís	1,62	1,1	1,01	3,46	4,98
Vitória	1,86	0,91	0,97	3,68	4,56
Belo Horizonte	9,69	1,08	0,95	3,41	4,49
Curitiba	8,09	1,02	0,87	2,53	3,91
Campo Grande	1,57	0,91	0,87	5,26	6,65
Fortaleza	3,23	0,83	0,8	4,23	5,56
Porto Alegre	8,61	0,63	0,8	2,34	3,51
Rio de Janeiro	9,43	0,59	0,69	2,43	3,66
Belém	3,94	1,18	0,48	3,07	4,9
Aracaju	1,03	0,87	0,42	3,20	4,33
Recife	3,92	0,82	0,36	4,00	5,00
Brasília	4,06	1,02	0,35	2,26	3,92
Brasil	100	0,86	0,89	3,13	4,31

Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta em novembro. A maior variação (2,54%) e o maior impacto (0,53 p.p.) vieram, mais uma vez, do grupo Alimentação e bebidas, que acelerou frente a outubro (1,93%). A

segunda maior contribuição (0,26 p.p.) veio dos Transportes (1,33%). Juntos, os dois grupos representaram cerca de 89% do IPCA de novembro. Os Artigos de residência (0,86%), por sua vez, desaceleraram em relação ao mês anterior (1,53%), assim como Vestuário (0,07% em novembro, frente à alta de 1,11% em outubro). Os demais grupos ficaram entre a queda de 0,13% em Saúde e cuidados pessoais e a alta de 0,44% em Habitação.

Gráfico 11 – IPCA – IBGE Variação percentual mensal por grupos
Brasil - Setembro de 2020 (em %)



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna IGP-M- FGV

O IGP-M é divulgado mensalmente pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e registra a inflação de preços ao produtor, consumidor e construção civil. Seu resultado é a média aritmética ponderada dos índices IPA (Índice de Preços por Atacado), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional do Custo da Construção), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente.

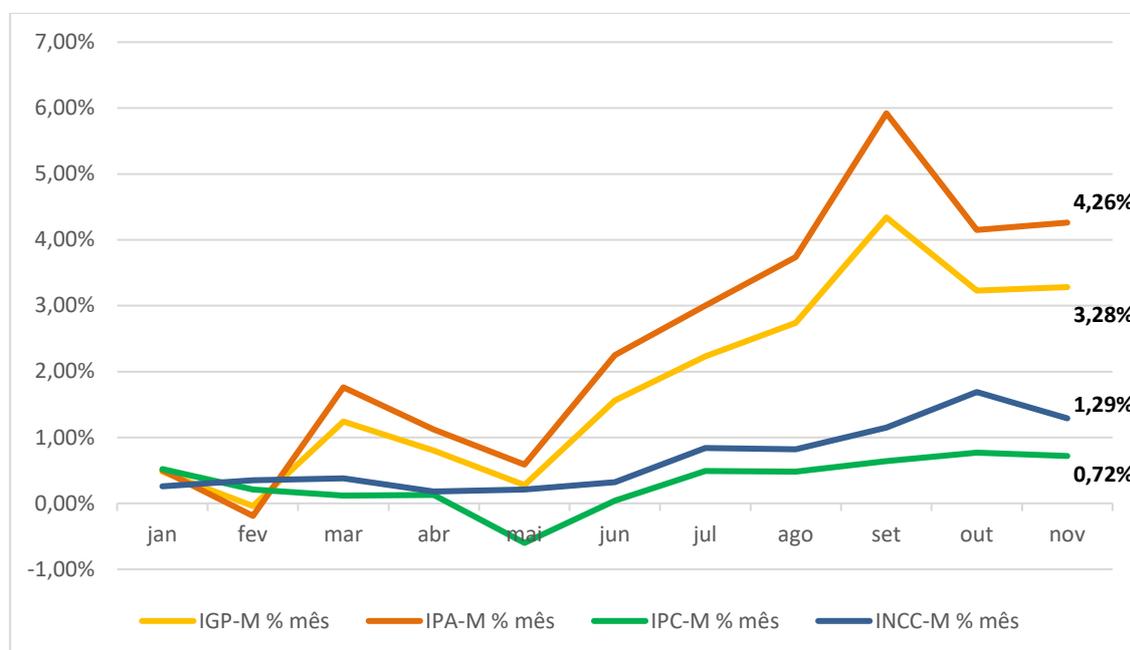
No mês de novembro o índice teve um aumento de 3,28%, reforçando a tendência de alta verificada nos últimos meses. A taxa foi superior à apuração de outubro, que apresentou um aumento de 3,23%. Com este resultado, o IGP-M acumula alta de 21,97% no ano e 24,52% nos últimos 12 meses.

Os três índices econômicos do IGP-M registraram aceleração em novembro, sendo o IPA o índice que teve maior peso no avanço da taxa do IGP (4,26%), influenciado principalmente pelos preços das *commodities agropecuárias*. É o caso da batata-inglesa, milho em grão e farelo de soja que subiram 47,83%, 21,85% e 21,26%, respectivamente. Em contrapartida, houve queda nos itens minério de ferro (de -0,71% para 2,39%), leite in natura (de 3,29% para -3,80%) e soja em grão (de 14,96% para 11,91%).

O IPC registrou alta de 0,72%. Quatro das oito classes de despesa apresentaram queda, sendo que a principal contribuição foi a classe Educação, Leitura e Recreação (de 3,10% para 1,44%), com destaque para o item passagem aérea, cuja taxa passou de 34,21% em outubro para 11,70% em novembro.

Já o INCC apresentou um aumento de 1,29% no período, ante 1,69% no mês anterior. Os três grupos componentes do INCC registraram variações de outubro para novembro: Materiais e Equipamentos (de 4,12% para 2,85%), Serviços (de 0,33% para 0,73%) e Mão de Obra (de 0,19% para 0,24%).

Gráfico 12 - Variação mensal por componente do IGP-M, novembro de 2020 (em %).



Fonte: IBRE-FGV
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Tabela 3 – IGP-M/FGV Maiores influências positivas e negativas

Discriminação	Variação Percentual	
	Mês anterior	Mês atual
MAIORES INFLUÊNCIAS POSITIVAS		
Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)		
Batata-inglesa	29,88	47,83
Milho (em grão)	10,95	21,85
Farelo de soja	13,45	21,26
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)		
Batata-inglesa	2,34	32,23
Tomate	11,3	19,32
Passagem aérea	34,21	11,7
Índice Nacional do Custo da Construção (INCC)		
Condutores elétricos	5,32	9,82
Tubos e conexões de ferro e aço	7,62	7,87
MAIORES INFLUÊNCIAS NEGATIVAS		
Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)		
Gasolina automotiva	0,07	-4,78
Leite in natura	3,29	-3,80
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)		
Limão	-1,34	-17,18
Manga	-8,86	-14,18
Cebola	-5,18	-11,92
Índice Nacional do Custo da Construção (INCC)		
Vale transporte	0	-0,12
Fonte: IBRE-FGV Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT		

No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA acumulou alta de 4,31% - acima da meta de 4% estabelecida pelo governo para 2020, enquanto o IGP-M chegou a 24,52%.

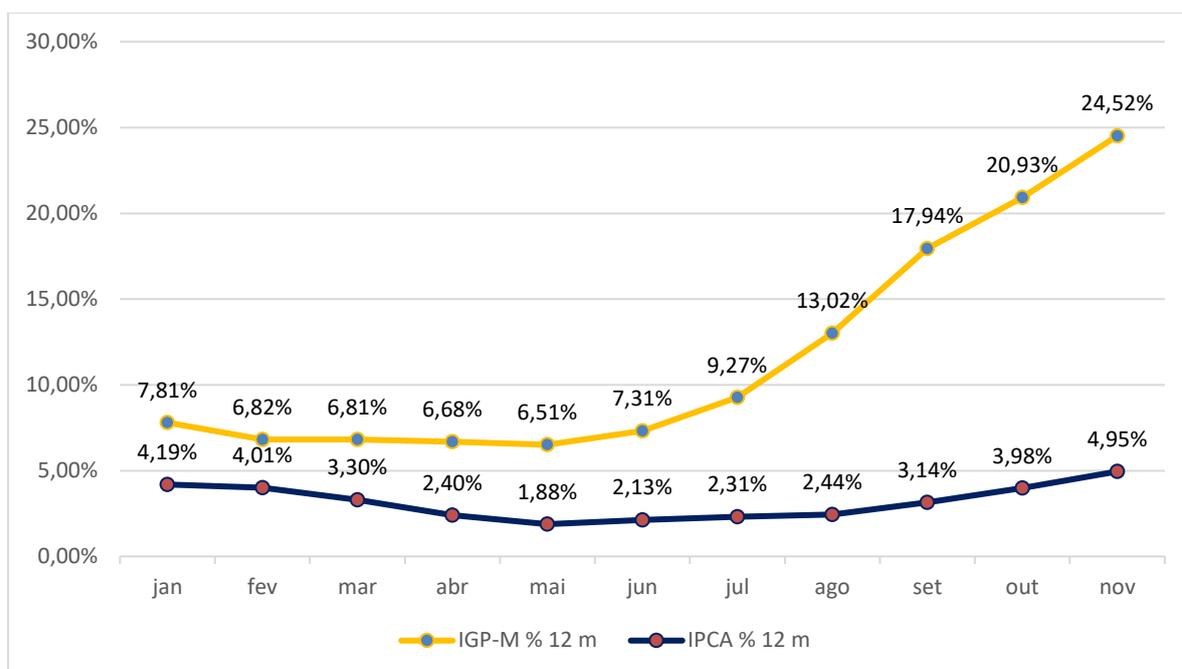
O descolamento se explica pelo fato de o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que engloba variações de preços nos setores industrial e agropecuário – como *commodities* e insumos – ter um peso de 60% do IGP-M e ser muito sensível à variação cambial por estas serem cotadas em dólar.

Esse aumento também tem reflexo ainda das consequências causadas pela pandemia que devido à desvalorização cambial do real frente ao dólar, favorece a demanda para as exportações brasileiras, reduzindo a oferta dentro do Brasil.

Como consequência, os preços do mercado interno são pressionados. Foi o caso de carne, que até outubro/2020 acumulava alta de 6,90%, seguido por outros itens como batata inglesa (20,25%), tomate (49,01%), arroz (59,48%) e óleo de soja (77,69%), dentre tantos outros.

Por tratar-se de um índice que calcula os custos de produção, o IGP-M é utilizado como referência para reajuste de contratos, o que gera pressão inflacionária para o consumidor final. É o caso dos aluguéis, energia elétrica e telefonia, por exemplo.

Gráfico 13 – IGPM e IPCA nos últimos 12 meses (em %).

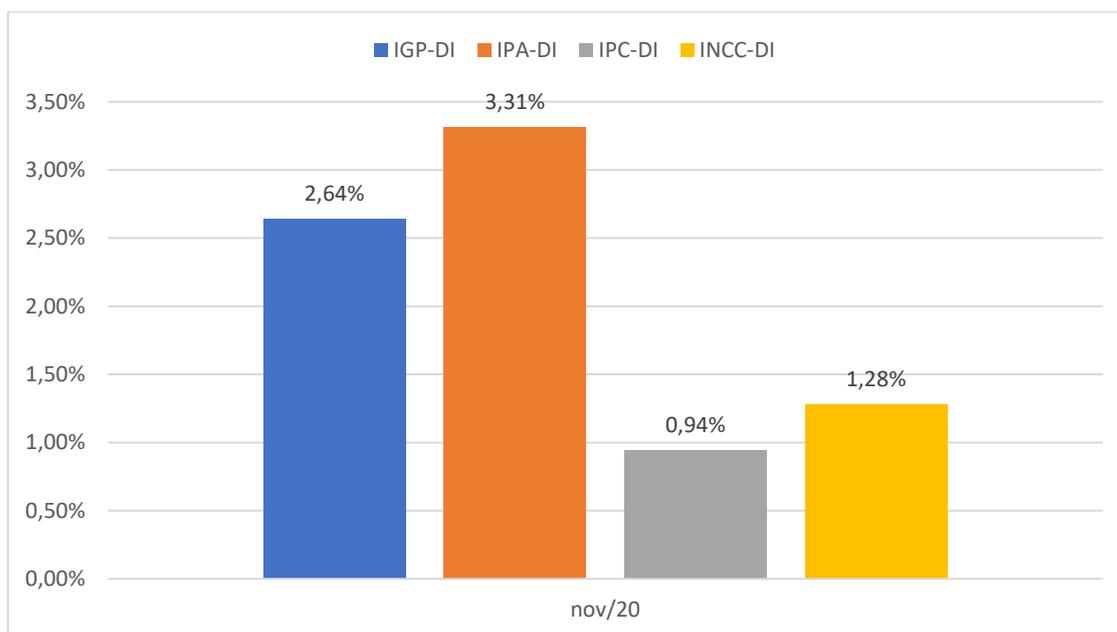


Fonte: IBGE, IBRE-FGV
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

IGP-DI- FGV Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) subiu 2,64% em novembro, ficando abaixo do apurado no mês anterior, quando havia registrado taxa de 3,68%. No acumulado do ano, o índice registra alta de 22,16% e de 24,28% em 12 meses. Em novembro de 2019, a variação foi de 0,85% com alta acumulada de 5,38% em 12 meses.

Gráfico 14 – IGP-DI, IPA-DI, IPC-DI e INCC – novembro/2020 (em %).



Fonte: IBRE-FGV
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

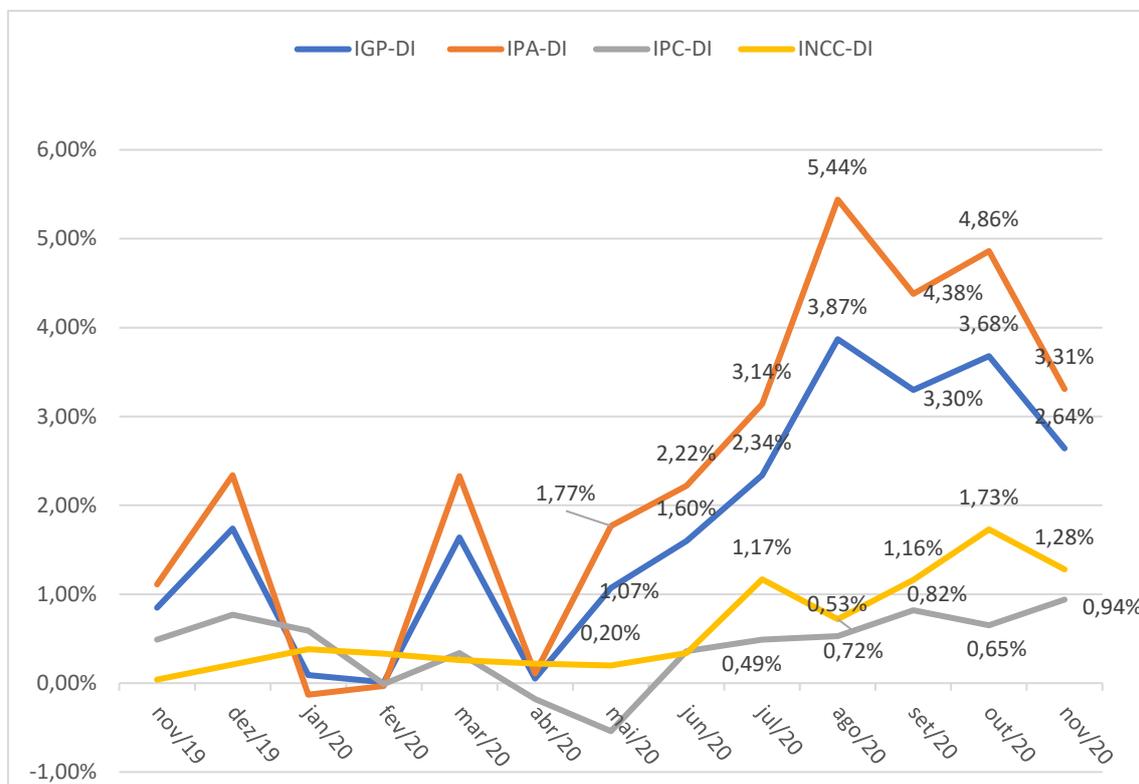
O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) contribuiu para a desaceleração do IGP, apresentando decréscimos nas matérias-primas brutas (caso da soja, que variou de 15,82% para 6,49%), bens intermediários (farelo de soja, de 20,12% para 13,22%) e bens finais (combustíveis para o consumo de 3,39% para -2,43% - principal responsável pelo recuo). Foi uma variação de 3,31% em novembro, ante 4,86% em outubro.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 0,94% em novembro, ante 0,65% em outubro. Sete das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação: Educação, Leitura e Recreação (1,81% para 3,0%), Transportes (0,40% para 0,93%), Alimentação (1,69% para 1,88%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,03% para 0,18%), Comunicação (0,08% para 0,14%), Habitação (0,28% para 33%) e Despesas Diversas (0,03% para 0,09%). Nestas classes de despesa, vale mencionar o comportamento dos itens que mais variaram: passagem aérea (16,35% para 24,19%), hortaliças e legumes (3,84% para 11,58%) e combo de telefonia, internet e TV por assinatura (-0,01% para 0,29%). Apenas o grupo Vestuário apresentou decréscimo em sua taxa de variação (0,21% para 0,04%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) variou 1,28% em novembro, ante 1,73% no mês anterior. Os três grupos componentes do INCC

registraram as seguintes variações na passagem de outubro para novembro: Materiais e Equipamentos (4,15% para 2,82%), Serviços (0,27% para 0,81%) e Mão de Obra (0,26% para 0,22%).

Gráfico 15 - Variação mensal nos últimos 12 meses (em %).



Fonte: IBRE FGV
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

3. Mercado de Trabalho

O trimestre de julho a setembro de 2020 permanece sob os impactos da crise causada pela pandemia do COVID 19 e segue com aumento da taxa de desocupação no país. O índice foi estimado em 14,6%, representando um aumento de 1,3 pontos percentuais em comparação ao trimestre de abril a junho deste ano (13,3%) e um aumento de 2,8 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2019, quando a taxa de desocupação foi estimada em 11,8%.

O nível de ocupação foi estimado em 47,1%, apresentando uma queda de 0,8 pontos percentuais comparado ao trimestre anterior. A taxa de participação na força do trabalho se manteve estável, sendo estimada em 55,1%.

A taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas foi estimada em 21%. Comparando ao trimestre anterior e ao mesmo período de 2019, a variação foi de 1,9 e 2,6 pontos percentuais, respectivamente.

O percentual de pessoas desalentadas também se manteve, ficando estimado em 5,7%. A informalidade no país representa 39% dos ocupados. No trimestre anterior esse índice era de 38%. No mesmo período de 2019, o índice era maior, 42%.

Tabela 4 Taxa e variação de desocupação, ocupação, subutilização e participação na força de trabalho por trimestre.

Taxas (%)	jul_ago_set _2019	abr_mai_jun _2020	jul_ago_set _2020	Variação trimestre anterior	Variação ano anterior
Taxa de desocupação	11,8	13,3	14,6	9,8%	23,7%
Nível da ocupação	54,8	47,9	47,1	-1,7%	-14,1%
Taxa de participação na força de trabalho	62,1	55,3	55,1	-0,4%	-11,3%
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	18,4	19,1	21	9,9%	14,1%
Taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial	17,9	24	24,6	2,5%	37,4%
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	24	29,1	30,3	4,1%	26,3%
Percentual de pessoas desalentadas na população na força de trabalho	4,2	5,6	5,7	1,8%	35,7%
Taxa de informalidade	42	38	39	2,6%	-7,1%
Na força de trabalho	106315	96138	96556	0,4%	-9,2%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

O número de pessoas desocupadas totaliza um contingente de 14.092 milhões de pessoas. Comparado ao trimestre anterior, esse contingente representa um aumento de 10,2%, quando o país somava 12.791 milhões de desocupados e em

comparação ao mesmo período de 2019, o total de desocupados no país subiu 12,6%, quando o número era de 12.515 milhões de desocupados.

O número de pessoas ocupadas soma 82.464, apresentando uma redução de 883 mil pessoas em relação ao trimestre anterior e – 11.337 em relação ao mesmo período de 2019, uma variação de – 1,1% e – 12,1%, respectivamente.

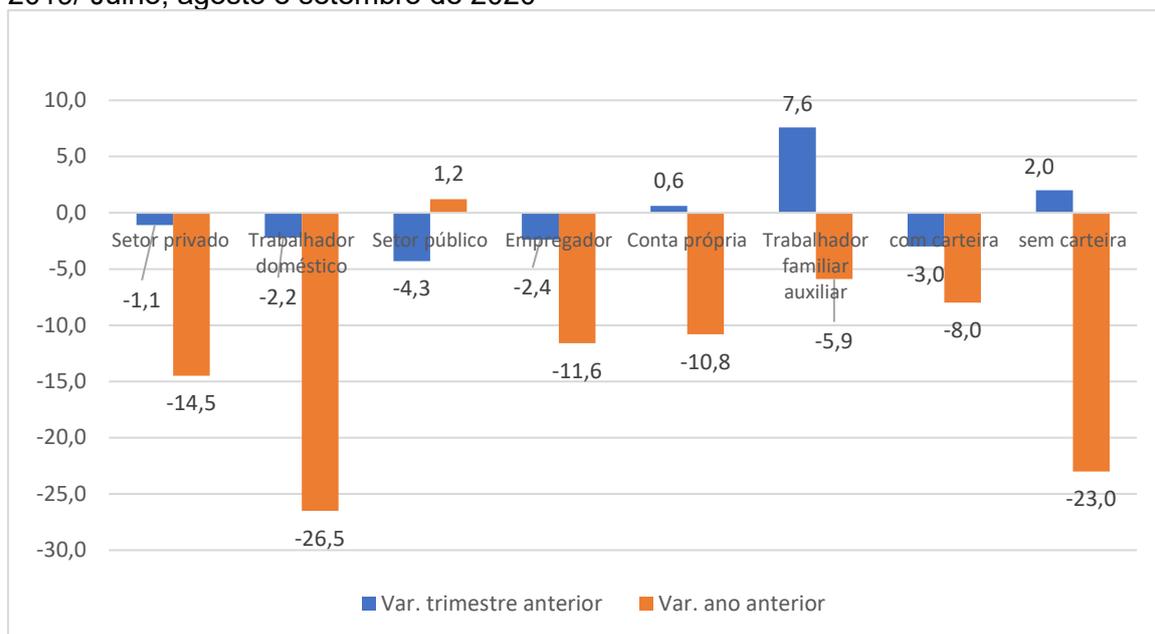
Tabela 5. Indicadores por condição em relação à força de trabalho e condição na ocupação (Mil pessoas).

Índices (%)	Estimativas dos trimestres móveis			Variação em relação ao trimestre fev_mar_abr_2020		Variação em relação ao mesmo trimestre 2019	
	jul_ago_set_2019	abr_mai_jun_2020	jul_ago_set_2020	Diferença	Variação %	Diferença	Variação %
	Ocupadas	93.801	83.347	82.464	- 883	-1,1%	- 11.337
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	7.044	5.613	6.210	597	10,6%	- 834	-11,8%
Desocupadas	12.515	12.791	14.092	1.301	10,2%	1.577	12,6%
Fora da força de trabalho	64.843	77.781	78.565	784	1,0%	13.722	21,2%
Na força de trabalho potencial	7.895	13.542	12.877	- 665	-4,9%	4.982	63,1%
Desalentadas	4.703	5.683	5.866	183	3,2%	1.163	24,7%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Em relação à posição na ocupação, na comparação com o trimestre imediatamente anterior os setores privados sem carteira e trabalhador familiar auxiliar apresentaram crescimento de 4,3% e 7,6%, respectivamente, sendo os únicos a apresentar evolução positiva significativa, uma vez que o conta própria manteve relativa estabilidade (0,6%). Já na comparação com mesmo trimestre móvel de 2019 todas as ocupações apresentaram expressivas quedas, com destaque para o trabalhador doméstico (-26%) e empregado sem carteira assinada (-23%).

Gráfico 16 Variação percentual da ocupação por posição – Julho, Agosto e Setembro de 2019/ Julho, agosto e setembro de 2020



Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Em relação aos setores de atividade econômica, com exceção da Administração Pública que apresentou estabilidade todas as atividades apresentaram forte redução entre os trimestres respectivos de 2019 e 2020. A maior queda percentual foi observada na atividade de alojamento e alimentação (-30%) ou 1,6 milhões de postos de trabalho. Em número de vagas fechadas, os destaques foram no setor de comércio (-2,5 milhões), e serviços domésticos (-1,7 milhões).

Tabela 5 – Ocupados e taxa de variação por grupamento de atividade –Julho, agosto e setembro de 2020/2019 (em milhares de pessoas)

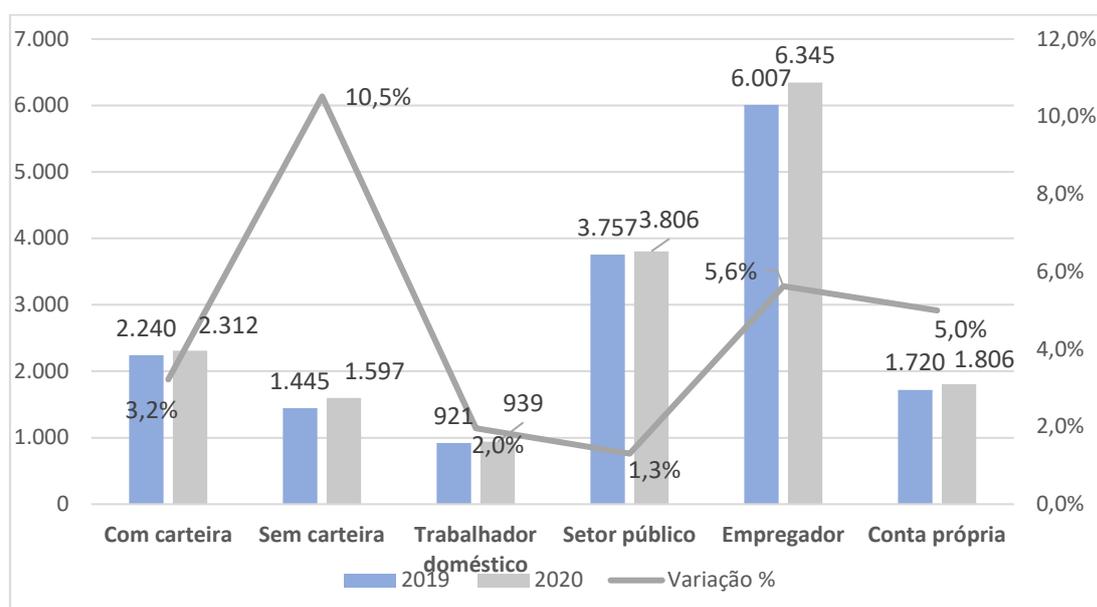
Grupamentos de atividades	jul_ago_set_2019	jul_ago_set_2020	Var. absoluta	Var. ano anterior
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8.511	8.280	-231	-2,7
Indústria geral	12.054	10.582	-1.472	-12,2
Construção	6.859	5.722	-1.137	-16,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	17.633	15.246	-2.387	-13,5
Transporte, armazenagem e correio	4.870	4.114	-756	-15,5
Alojamento e alimentação	5.484	3.846	-1.638	-29,9
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	10.560	9.872	-688	-6,5
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	16.480	16.173	-307	-1,9
Outros serviços	5.001	3.963	-1.038	-20,8
Serviços domésticos	6.335	4.655	-1.680	-26,5

Fonte: IBGE – PNAD Contínua
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Rendimentos

Mesmo após acontecimentos relativos à pandemia, os dados da PNAD Contínua não mostraram quedas no rendimento real médio. Um crescimento significativo de 10,5% foi verificado para o empregado sem carteira assinada e de 5,6% para o empregador e 5% para o conta própria.

Gráfico 17 Rendimento real médio por posição na ocupação – Julho, Agosto e Setembro de 2019/2020



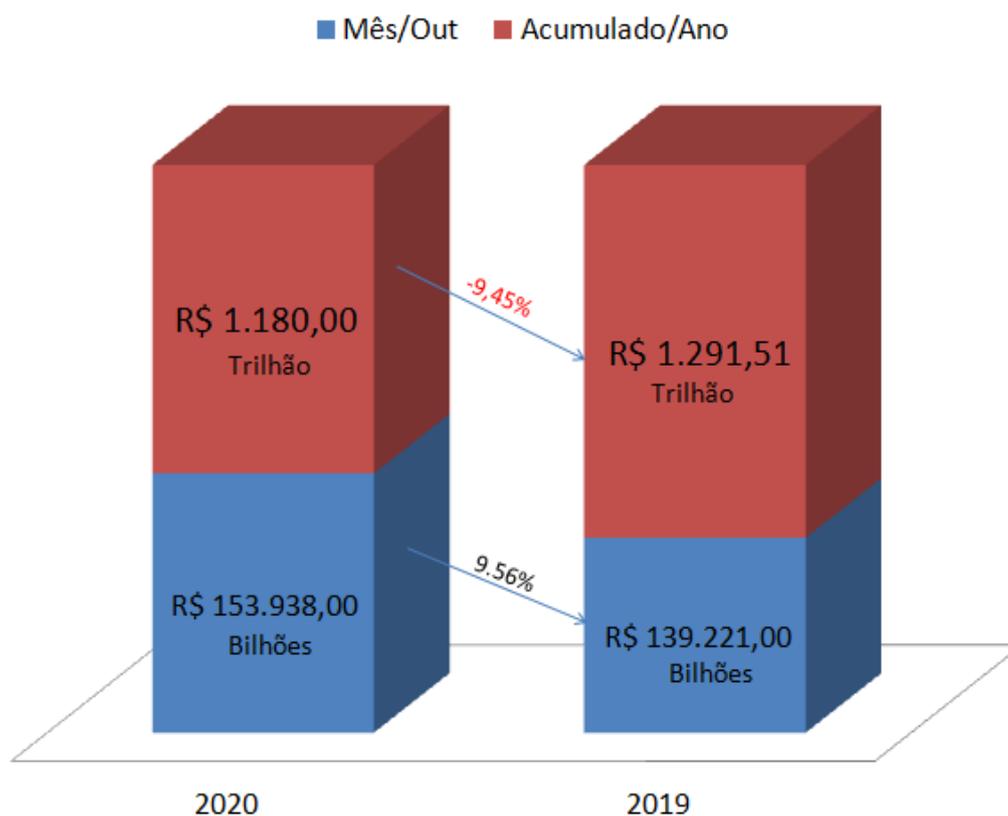
Fonte: IBGE – PNAD Contínua
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

4. Contas Públicas

Receitas, despesas e resultado

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 153,938 bilhões em outubro, o melhor resultado para o mês desde 2014, isto mostra um possível começo de uma retomada da economia após os danos causados pelo covid-19. Já a arrecadação federal acumulada tomou outro rumo, somando R\$ 1,180 trilhão, o menor volume para o período desde 2010, totalmente por conta do cenário totalmente novo que enfrentamos este ano.

Gráfico 18 Arrecadação acumulada das Receitas Federais Jan-Out/2019 e Jan-Out/2020



Fonte: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Outubro de 2020
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

A maioria dos impostos analisados mostraram uma evolução positiva em comparação com o mesmo mês no ano passado, principalmente o campo “Outras Administradas pela RFB” que teve uma variação de 1.435% sendo a maior variação das receitas apresentadas. Porém, há algumas receitas que mostraram uma variação negativa em relação ao ano passado, como por exemplo o “IOF-Imposto sobre

Operações Financeiras” e “CIDE Combustíveis” o mais impressionante entre os dois é o IOF, pois mostrou um recuo de 71% fazendo uma diferença de quase R\$ 2.500,00 de um ano para outro. Apesar destas pontuações, através de uma análise geral os números demonstrados são bem positivos para a economia brasileira, pois mostra uma volta ao normal das arrecadações após a pandemia.

Os principais fatores que, em conjunto, contribuíram para esse resultado foram os seguintes:

- a) Diferimento, nos meses de abril a junho de 2020, do recolhimento da Contribuição Patronal, do PIS/Pasep, da Cofins e do ajuste do IRPF (Portaria ME 139/20 e IN RFB 1.934/20);
- b) Diferimento dos recolhimentos do Simples Nacional (Resolução CGSN 154/20 e 155/20) e de Parcelamentos Especiais (Portarias ME 201/20);
- c) Redução a zero das alíquotas aplicáveis do IOF nas operações de crédito (Decreto 10.504/20);
- d) Crescimento do volume de compensações tributárias.

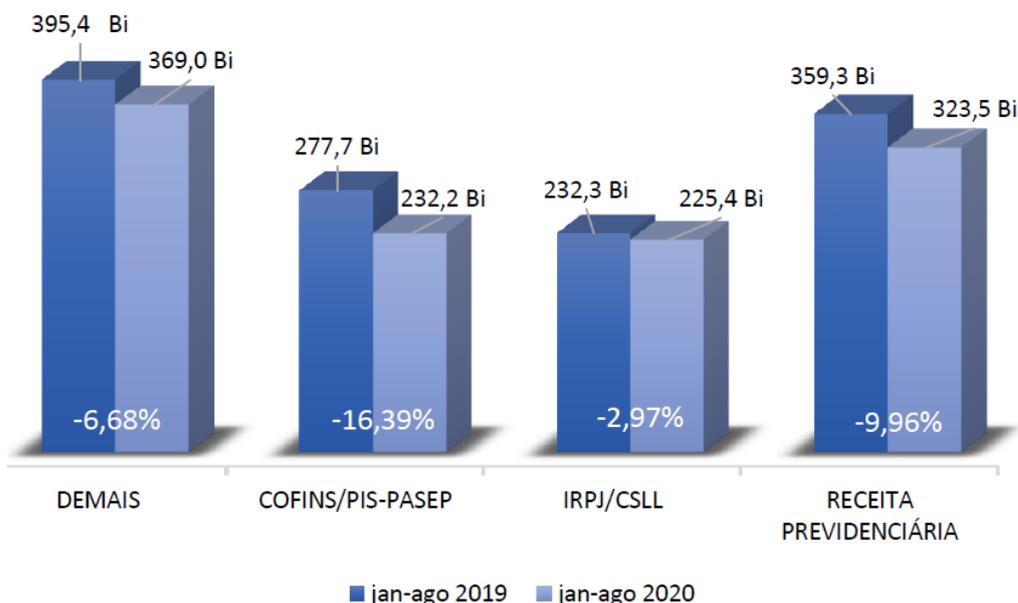
Tabela 6 Evolução da arrecadação administrada pela RFB – (em R\$ milhões)

RECEITAS	JAN-OUT/20 [A]	JAN-OUT/19 [B]	DIFERENÇAS	
			[A]-[B]	[A]/[B]
. COFINS/PIS-PASEP	232.154	277.652	(45.498)	(16,39)
. RECEITA PREVIDENCIÁRIA	323.522	359.294	(35.771)	(9,96)
. IOF	18.733	34.615	(15.882)	(45,88)
. IRPJ/CSLL	225.414	232.314	(6.900)	(2,97)
. IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL	37.131	41.825	(4.694)	(11,22)
. IPI (Exceto Vinculado)	28.157	32.524	(4.367)	(13,43)
. IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO	107.031	109.460	(2.429)	(2,22)
. CIDE-COMBUSTÍVEIS	1.433	2.379	(946)	(39,76)
. IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	10.220	10.875	(655)	(6,03)
. I. IMPORTAÇÃO/IPI-VINCULADO	54.124	54.284	(160)	(0,30)
. IRPF	34.207	34.270	(63)	(0,18)
. IRRF-REND. DE RESIDENTES NO EXT.	27.869	27.234	635	2,33
. DEMAIS RECEITAS ADMINISTRADAS	50.131	47.985	2.146	4,47
RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB	1.150.124	1.264.708	(144.584)	(9,06)

Fonte: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Outubro de 2020
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

A arrecadação o das receitas administradas pela RFB, mostram que as arrecadações vindas da receita previdenciária no período de janeiro a outubro 2020, foram de R\$323.522 bilhões e representou um recuo de 9,96% em relação ao mesmo período analisado em 2019. Já as receitas providas da arrecadação de IRPJ/CSLL obtiveram uma retração de 2,97% em relação ao ano anterior obtendo um saldo total de R\$225,414 bilhões. Enquanto isso, as arrecadações de COFINS/ PIS-PASEP sofreram um significativo impacto dentre as formas de arrecadações analisadas cerca de -16,39% ou então um saldo de R\$232,154 bilhões, representando uma diferença de R\$45,498 bilhões nas arrecadações.

Gráfico 19 Evolução da Arrecadação administradas pela RFB e administradas por outros órgãos.



Fonte: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Outubro de 2020
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

DESPESAS

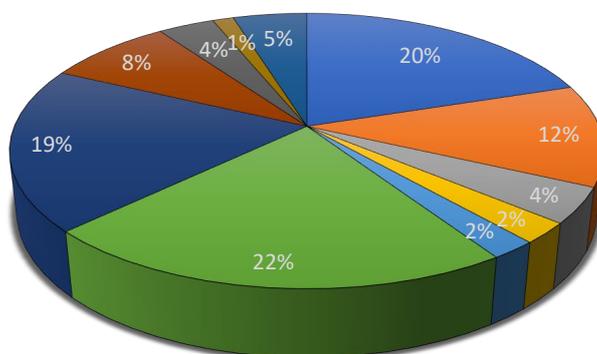
Na área despesas públicas o mês de novembro, segundo os dados do portal da transparência indicam que os maiores gastos estão relacionados ao refinanciamento da dívida interna com um total de R\$706 bilhões (22%), seguida Previdência social que corresponde R\$ 640 bilhões (20%), serviços da dívida interna de R\$ R\$ 615 bilhões (19%), bem distante estão os gastos de assistência social, com R\$ R\$ 332 bilhões, ou 12% do total. Saúde e Educação aparecem em patamares bem mais baixos, com apenas R\$ R\$ 133 bilhões (4%) e R\$ 77 bilhões (2%).

Tabela 7 Despesas realizadas até outubro de 2020, por item de despesa (em R\$)

Despesas	valor gasto em novembro	Novembro
Previdência social	R\$ 640.244.657.709,75	20%
Assistência social	R\$ 381.840.120.408,45	12%
Saúde	R\$ 133.754.161.627,69	4%
Educação	R\$ 77.906.565.169,66	2%
Trabalho	R\$ 69.318.418.041,35	2%
Refinanciamento da dívida interna	R\$ 706.532.861.754,61	22%
Serviço da dívida interna	R\$ 615.832.211.020,16	19%
Outras transferências	R\$ 260.698.636.510,00	8%
Outros encargos especiais	R\$ 116.421.400.500,59	4%
Transferências para a educação básica	R\$ 43.275.659.611,57	1%
Outros	R\$ 152.906.290.574,56	5%

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

Gráfico 20 Percentual gasto por item de despesa Janeiro a Outubro de 2020 (em %)



Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

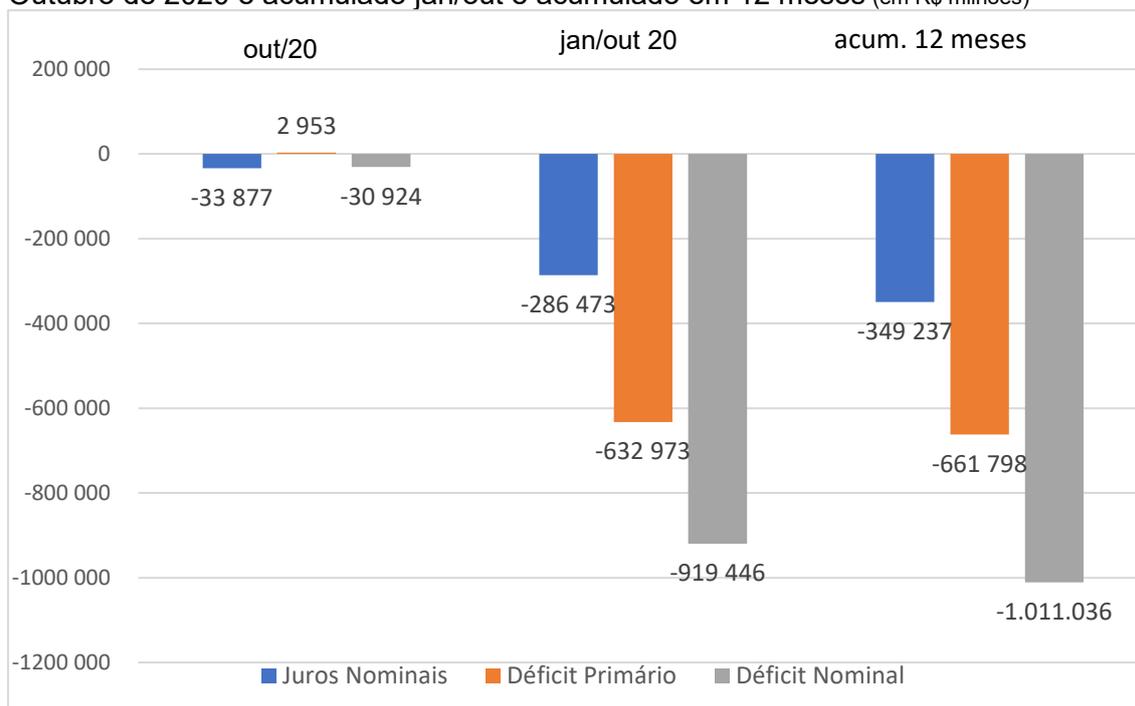
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, referentes a agosto de 2020, o setor público registrou um déficit primário de R\$ 87,5 bilhões.

O pagamento de juros nominais chegou ao patamar de R\$ 34,2 bilhões em agosto de 2020, no acumulado de 12 meses os juros nominais atingiram a cifra de R\$ 322,2 bilhões. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado nominal (resultado primário + juros nominais) foi deficitário em R\$ 933,5 bilhões (11 % do PIB).

Em função da pandemia do COVID-19, a arrecadação dos governos foi reduzida, elevando as despesas e o déficit nominal em junho.

Gráfico 21 Juros Nominais e Resultado – Setor Público Consolidado
 Outubro de 2020 e acumulado jan/out e acumulado em 12 meses (em R\$ milhões)



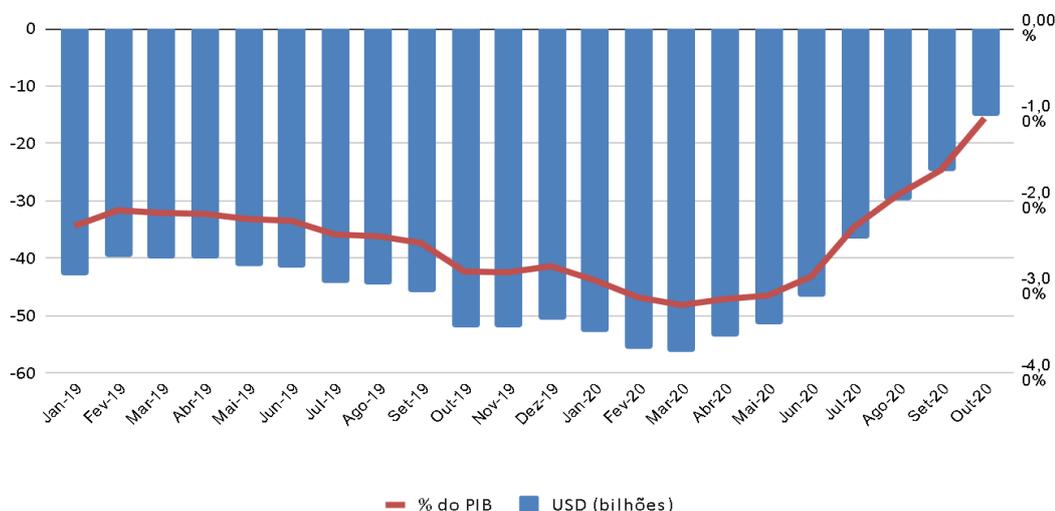
Fonte: Banco Central do Brasil – Nota à Imprensa de Estatísticas Fiscais
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

5. Contas Externas

No mês de outubro de 2020 as transações correntes apresentaram superávit pelo sexto mês consecutivo, US\$1,5 bilhão, ante déficit de US\$8,1 bilhões no mesmo mês de 2019. Esta reversão seguiu a tendência observada no mês de julho e ocorreu em função da alta de US\$3,0 bilhões no superávit da balança comercial de bens e das reduções de US\$4,5 bilhões e de US\$2,0 bilhões nos déficits em renda primária e serviços, respectivamente. Nos 12 meses encerrados em outubro, o déficit em transações correntes somou US\$15,3 bilhões, equivalente a 1,04% do PIB. O déficit do acumulado foi inferior aos US\$24,9 bilhões, 1,64% do PIB, nos 12 meses encerrados em setembro e também é o menor valor acumulado desde fevereiro de 2018, sendo esse 0,97% do PIB.

Em outubro, os gastos líquidos com juros somaram US\$948 milhões, redução de 56,0% na comparação interanual, com queda de receita e de despesa. De janeiro a outubro de 2020 o déficit em renda primária totalizou US\$34,1 bilhões, 27,9% inferiores aos US\$47,3 bilhões no mesmo período em 2019. Já o déficit em renda primária somou US\$1,9 bilhão, recuo de 70,6% em relação a outubro de 2019. As despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$919 milhões, comparativamente a US\$4,2 bilhões em outubro de 2019. Esse resultado decorreu da combinação do recuo nas despesas em US\$2,8 bilhões, para US\$2,2 bilhões, e do aumento nas receitas em US\$520 milhões, para US\$1,4 bilhão. O déficit da conta de serviços atingiu US\$1,6 bilhão no mês, recuo de 55,2% ante outubro de 2019, US\$3,7 bilhões, já o setor de viagens continua a evidenciar os impactos da pandemia, com diminuição do déficit de US\$1,0 bilhão, em outubro de 2019, para US\$103 milhões, em outubro de 2020 (-90,2%) nas despesas líquidas.

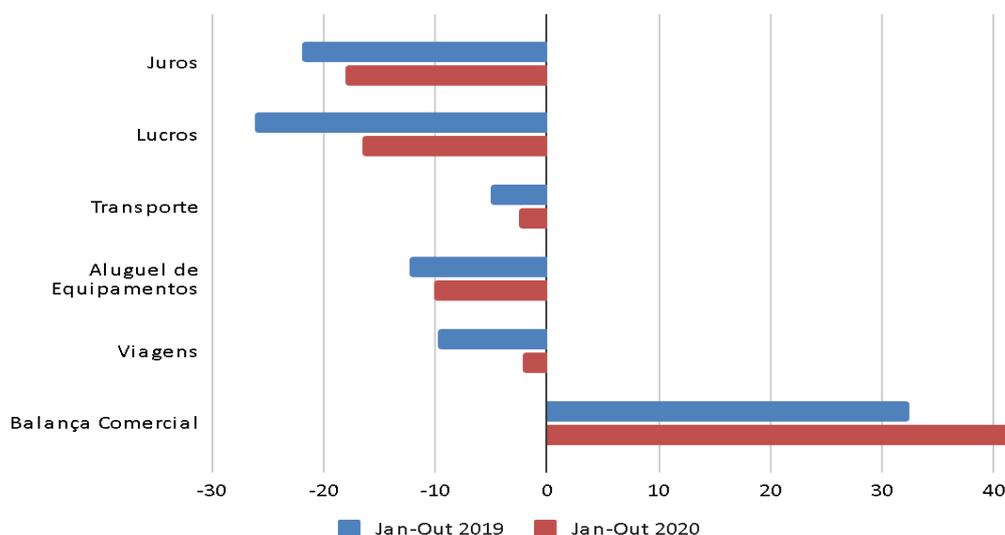
Gráfico 22 – Transações correntes - Acumulado nos últimos 12 meses
 (US\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

O déficit na conta de serviços atingiu US\$1,3 bilhão no mês, 9,8% inferior ao resultado de agosto de 2019. A conta de viagens ainda reflete os impactos da pandemia neste setor, com diminuição interanual de 85,4% nas despesas líquidas, para US\$123 milhões de dólares em agosto de 2020, em comparação a US\$842 milhões no mesmo mês de 2019. Destaca-se a redução de 80,5% nas despesas líquidas de transportes de US\$477 milhões para US\$93 milhões.

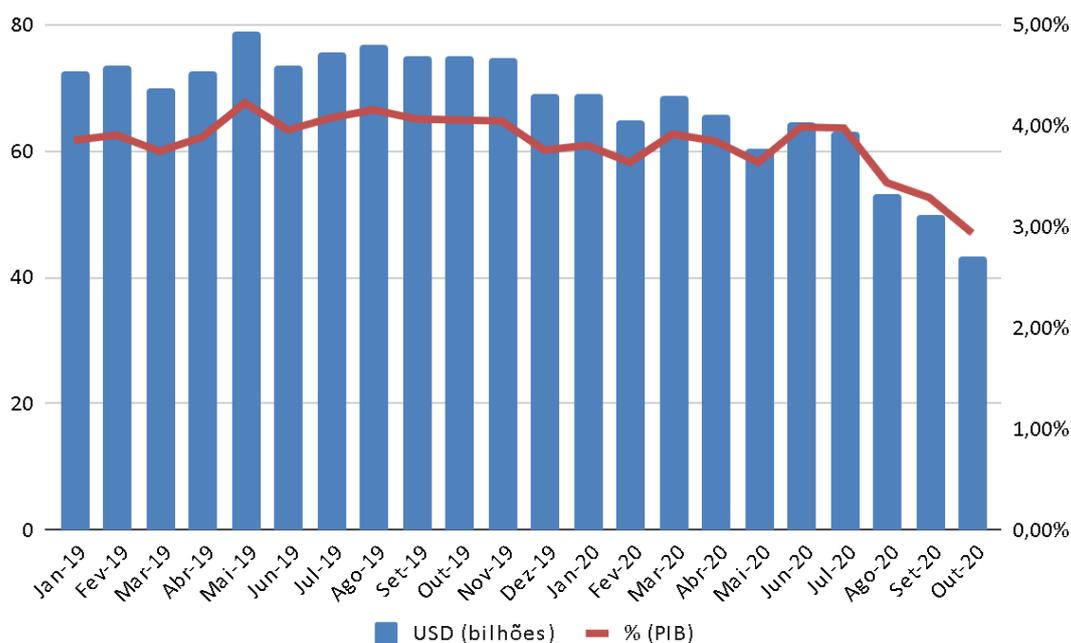
Gráfico 23 Transações correntes Jan-Out/19 – Jan-Out/20 (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Em outubro, o acumulado de investimentos diretos no país chegou em US\$43,5 bilhões, uma queda de 42,4% ante os US\$75 bilhões no acumulado do mesmo período de 2019. O valor de investimentos mensais também caiu drasticamente, de US\$8,2 bilhões em outubro do ano passado para US\$1,8, uma queda de 78% comparativamente. Ocorreram ingressos líquidos de US\$5,5 bilhões em instrumentos de portfólio negociados no mercado doméstico, resultado de ingressos líquidos de US\$2,8 bilhões em ações e fundos de investimento e de US\$2,7 bilhões em títulos de dívida. Nos dez primeiros meses do ano houve saídas líquidas de US\$21,6 bilhões, comparativamente a saídas de US\$872 milhões entre janeiro e outubro de 2019. Nos doze meses encerrados em outubro a saída líquida de investimentos em portfólio no mercado doméstico somou US\$27,4 bilhões.

Gráfico 24 – Investimento Direto no País - Acumulado em 12 meses (US\$ bilhões e %do PIB)

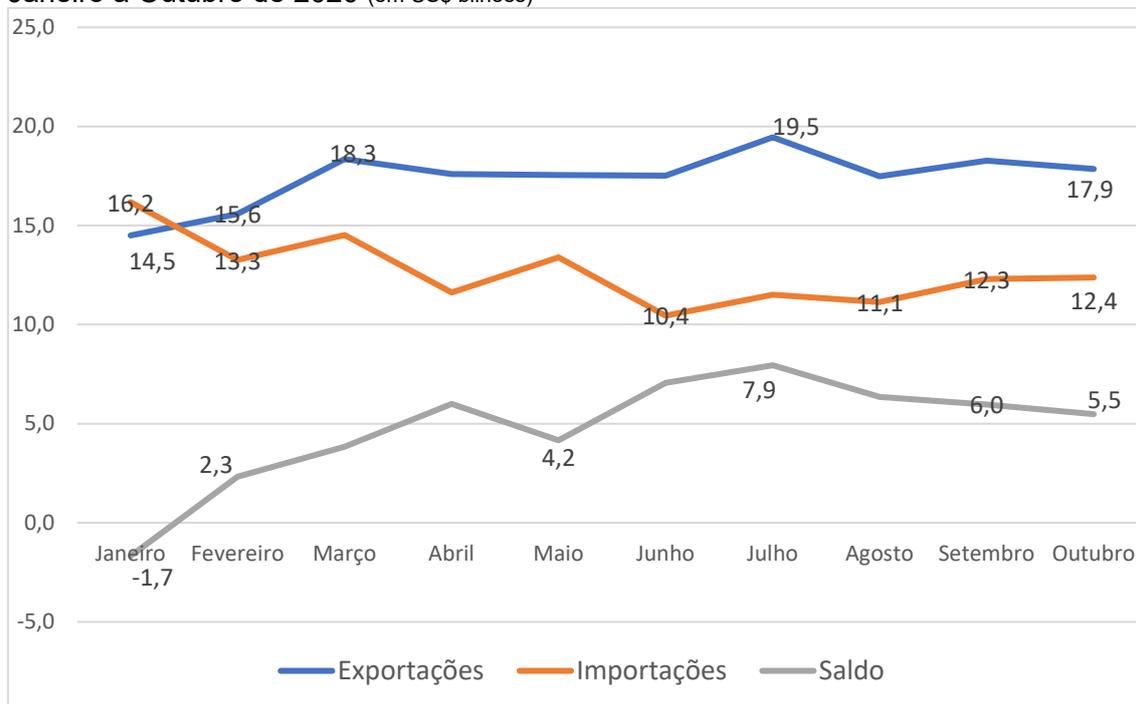


Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Exportações e importações

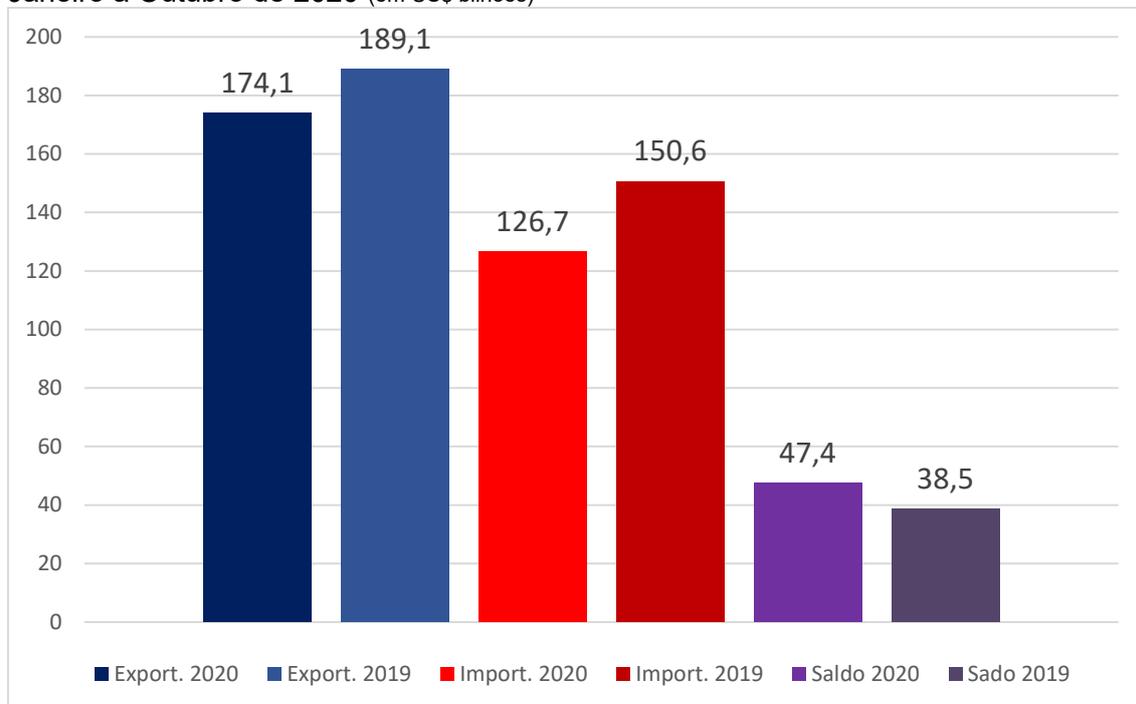
Em outubro de 2020, as exportações brasileiras atingiram US\$ 18 bilhões, um recuo de 8,6% ante o mesmo mês de 2019, na mesma base de comparação, as importações chegaram a US\$ 13,1 bilhões, declínio de 26,3% com relação a outubro de 2019. No acumulado do ano as exportações e importações recuaram, respectivamente, 7,8% e 15,1%. O superávit comercial atingiu US\$ 41,5 bilhões, quantia superior aos US\$ 32,5 bilhões observados no mesmo período do ano de 2019.

Gráfico 25 – Exportações, Importações e Saldo Comercial
 Janeiro a Outubro de 2020 (em US\$ bilhões)



Fonte: Ministério da Economia
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Gráfico 26 – Exportações, importações e saldo comercial
 Janeiro a Outubro de 2020 (em US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Parceiros Comerciais

Novamente a China se destaca entre os parceiros comerciais do Brasil. No acumulado de 2020, o Brasil já exportou US\$ 58,4 bilhões para a China, quantia superior aos US\$ 52,6 bilhões correspondentes ao mesmo período em 2019. As importações, porém, diminuíram, de US\$ 30 bilhões acumulados de janeiro a outubro de 2019, atingiram US\$ 27,4 bilhões no mesmo período deste ano. No acumulado deste ano o Brasil tem um superávit de US\$ 31 bilhões com a China, quantia superior ao superávit observado no mesmo período de 2019, US\$ 22,5 bilhões.

Os Estados Unidos se mantiveram no segundo lugar dentre os parceiros comerciais do Brasil, as exportações no acumulado deste ano somam US\$ 17,1 bilhões, quantia inferior aos US\$ 24,7 observados no mesmo período de 2019. As importações também diminuíram, de US\$ 25 bilhões de janeiro a outubro de 2019 para US\$ 20 bilhões no período correspondente deste ano. E o reflexo disso é o déficit de US\$ 2,9 bilhões no acumulado deste ano, superior ao déficit de US\$ 658 milhões observados no período correspondente de 2019. Dentre os seis principais parceiros comerciais do Brasil, os Estados Unidos são o único com o qual nosso país possui um saldo deficitário.

Com nosso terceiro principal parceiro, a Argentina, as exportações atingiram US\$ 6,7 bilhões, quantia inferior aos US\$ 8,3 bilhões observados entre os meses de janeiro e outubro de 2019. Uma redução semelhante também foi observada nas importações, que caíram de US\$ 8,7 bilhões em 2019 para US\$ 6,3 bilhões no acumulado deste ano. Observa-se uma mudança no saldo comercial entre a Argentina e o Brasil comparando o acumulado deste ano e o acumulado do período correspondente do ano passado, um superávit de US\$ 393 milhões em 2020 e um déficit de US\$ 410 milhões em 2019.

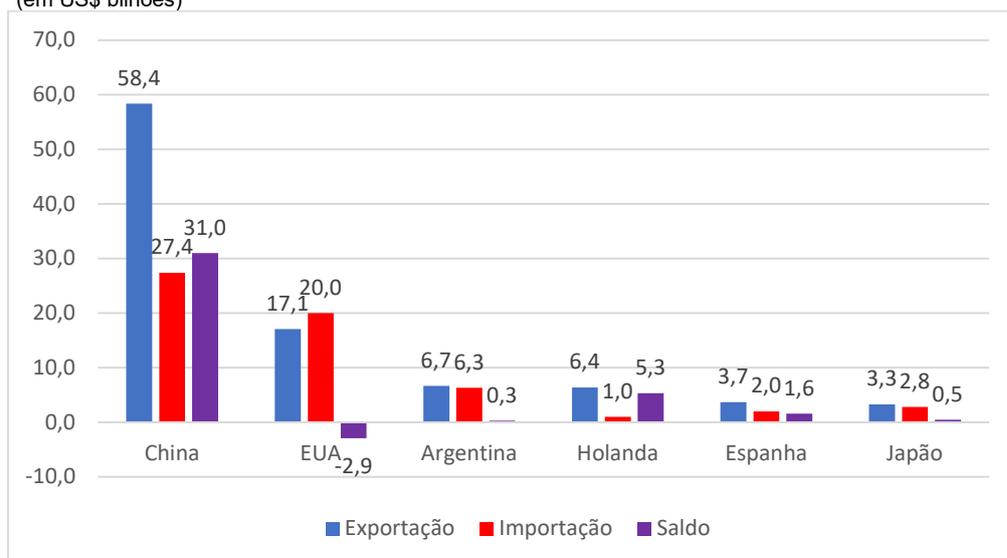
Logo atrás da Argentina está a Holanda, para onde o Brasil já exportou US\$ 6,4 bilhões no acumulado de 2020, quantia inferior aos US\$ 8,8 do período correspondente no ano passado. Também foi observada a redução das importações da Holanda para o nosso país, de US\$ 1,6 bilhão em 2019 para US\$ 1 bilhão em 2020.

Assim como no ano passado o saldo comercial foi superavitário, US\$5,3 bilhões em 2020, porém inferior aos US\$ 7,1 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2019.

A Espanha ocupa o penúltimo lugar entre os seis maiores parceiros comerciais do Brasil. No acumulado deste ano as exportações para a Espanha atingiram US\$ 3,7 bilhões, um aumento pouco expressivo se comparado aos US\$ 3,4 bilhões observados no mesmo período do ano passado. Houve redução nas importações de produtos vindos da Espanha, de US\$ 2,3 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2019, o período correspondente neste ano mostra um valor pouco menor, US\$ 2 bilhões. Assim como nas exportações e importações, o aumento no superávit comercial com a Espanha foi pequeno, de US\$ 1,1 bilhão em 2019 para US\$ 1,6 bilhão em 2020.

As exportações como nosso sexto maior parceiro comercial, o Japão, atingiram US\$ 3,3 bilhões neste ano, um valor inferior aos US\$ 4,3 em exportações observados no mesmo período, janeiro a outubro de 2019. As importações também diminuíram, passaram de US\$ 3,5 bilhões em 2019 para US\$ 2,8 bilhões em 2020. Conseqüentemente, o superávit comercial também diminuiu de US\$ 838 milhões no ano passado para US\$ 570 milhões neste ano.

Gráfico 27 – Importações, exportações Janeiro a Outubro de 2020 e saldo por país
(em US\$ bilhões)



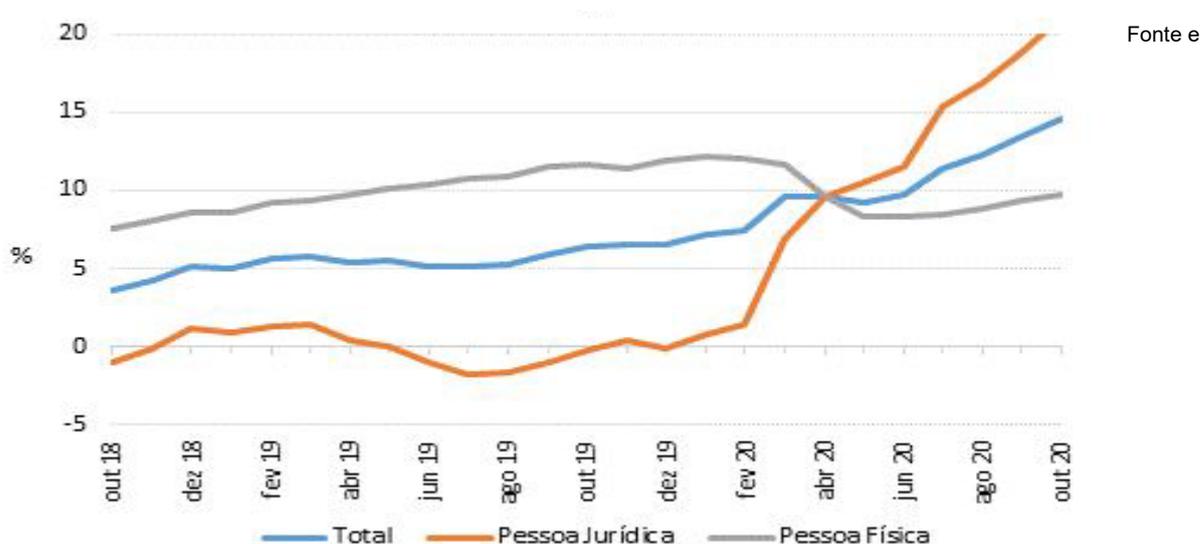
Fonte: Ministério da Economia
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

6. Crédito e Juros

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no mês de outubro, atingiu um total de R\$ 3,9 trilhões. Apresentando aumento de 1,7% em pessoas físicas (saldo de R\$2,2 trilhões) e de 1% na carteira de pessoas jurídicas (saldo de R\$1,7 trilhão).

De acordo com o Banco Central “Em doze meses, o crescimento da carteira total acelerou de 13,4% para 14,5%, resultado de expansões nos créditos às empresas (de 18,9% para 21,1%) e às famílias (de 9,4% para 9,8%)”.

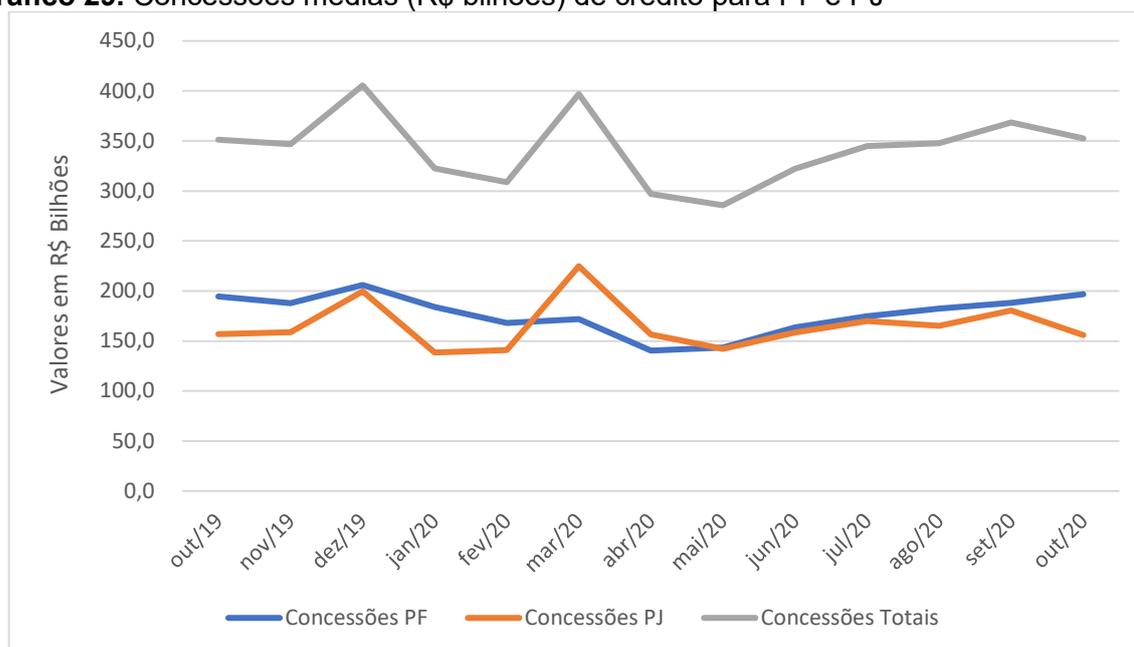
Gráfico 28: Saldos totais de crédito- Variação de 12 meses



Elaboração: Banco Central

As concessões totais de crédito do SFN, em outubro de 2020, somaram saldo de 352,6 bilhões, destes, 196,7 bilhões foram direcionados a pessoa física e 156,0 a pessoa jurídica. Com relação ao mês de setembro no valor das concessões totais houve retração de -4,3 %, para as concessões pessoa física houve aumento de 4,6 % e para as concessões de pessoa jurídica a contração foi de -13,7 %. Segundo o Banco Central, no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2019, as concessões totais cresceram 5,6%, com elevação em pessoas jurídicas, 13,1%, e contração em pessoas físicas, 0,7%.

Gráfico 29. Concessões médias (R\$ bilhões) de crédito para PF e PJ



Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

As concessões de crédito direcionado à pessoa jurídica fecharam saldo de 15,3 milhões, apresentando contração de -54,4% com relação a setembro. As modalidades de crédito que mais tiveram decréscimo foram as de crédito rural com -40,1% e outros (operações contratadas diretamente com o BNDES ou por outras instituições financeiras por meio de repasse) com -65%.

Já para pessoa física, as concessões fecharam saldo em 27,9 milhões com retração de -0,7% comparado ao mês anterior. Apontando decréscimo de -12% no crédito rural e aumento de 50,5% na modalidade outros.

Indicador de custo de crédito:

No mês de outubro o Indicador de Custo do Crédito (ICC), situou-se em 17,3% a.a. (-0,1 p.p. no mês e -3,6 p.p. na comparação interanual). O ICC do crédito livre não rotativo situou-se em 22,9% (-0,1 p.p. e -5,2 p.p. nas mesmas bases de comparação). O *spread* geral do ICC atingiu 12,2 p.p. no mês (-0,1 p.p. e -2,5 p.p., nos mesmos períodos).

A taxa média de juros das operações contratadas em outubro alcançou 18,7% a.a., aumento de 0,6 p.p. no mês e redução de 4,8 p.p. em doze meses.

O *spread* geral das taxas de juros das concessões situou-se em 14,6 p.p., elevação mensal de 0,3 p.p. e declínio de 4,1 p.p. na comparação interanual.

Grafico 30 ICC e taxa de juros do crédito livre (exclui crédito rotativo)



Fonte e elaboração: Banco Central.

Na modalidade de crédito pessoal (consignado e não consignado) fechou o saldo total no mês de outubro em 567.931 milhões, apresentando variação mensal de 2,5%, trimestral de 4,9% e nos últimos doze meses de 12%. Na modalidade de cheque especial, o saldo total ficou em 19.505 milhões com variação mensal de 0,3%, -2,3% no trimestre e -26,1% nos últimos 12 meses. Na modalidade de aquisição de veículos o saldo foi de 212.138 milhões,

Taxa de juros pessoa física: Comparação entre as modalidades:

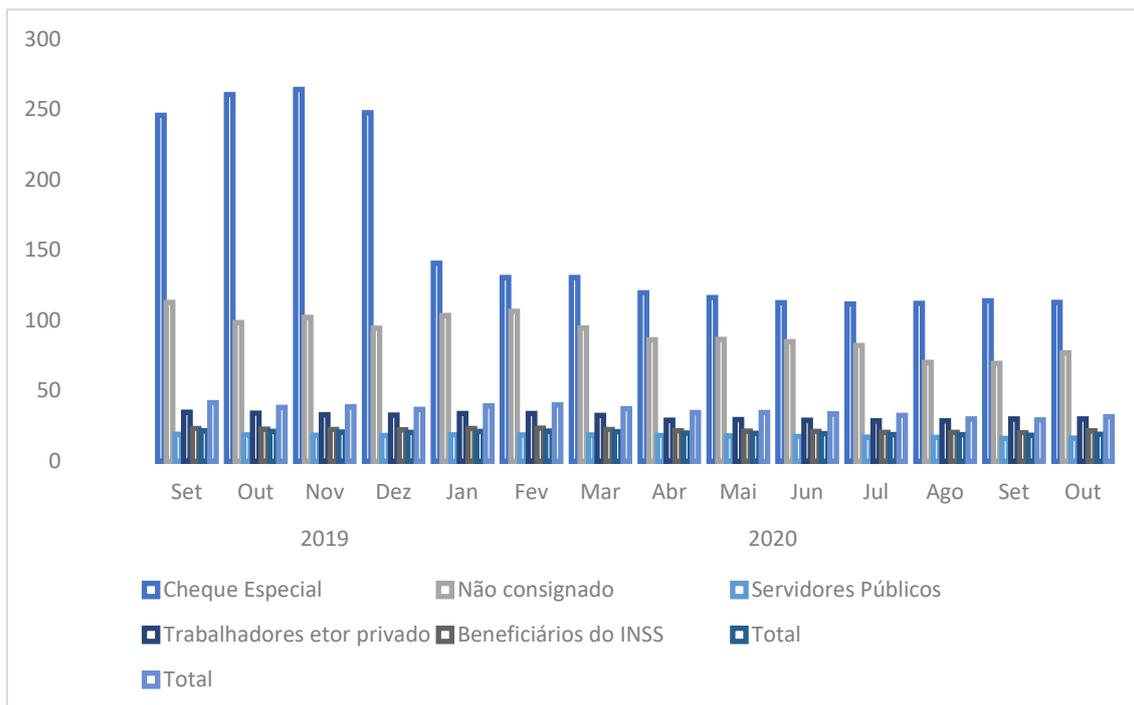
No âmbito das taxas de juros pessoa física percebe-se a grande discrepância das taxas em cada modalidade ao analisarmos o risco em cada uma delas possuem (do maior para o menor), as taxas de cheque especial fecharam o mês de outubro em 112,9%a.a. e representa uma redução em relação a setembro com 1,1 p.p. de diferença e ainda sim e uma redução muito expressiva quando analisada em comparação ao exercício de 2019 onde as taxas superavam os valores de 240%a.a, ou seja, uma redução de mais de 50%. Em seguida tem os crediários não consignados, que fecharam com 77,1% a.a. em outubro, um aumento que significou

7,6p.p, e representa um retrocesso da redução das taxas que nós víamos ao decorrer do exercício de 2020.

Sobre os créditos consignados, que possuem menores riscos já que as parcelas são descontadas em folhas de salário, em outubro a taxa de consignado para os profissionais privados fechou em 30% a.a., valor que não sofreu muita alteração em relação a setembro, mas ainda não representa a menor taxa apresentada no ano, mesmo em períodos em que a Selic esteve a níveis maiores que os 2% em outubro. O consignado para beneficiários do INSS a taxa foi de 21,8% a.a., onde teve um aumento de 1,5 p.p em relação a setembro, e valor este que se aproxima dos valores do exercício de 2019 onde a Selic se encontrava a patamares muito mais elevados.

O consignado para servidores público apresenta as menores taxas entre todas as modalidades de crédito analisadas para pessoa física, com fechamento de 16,6% a.a. com um aumento pouco expressivo em relação a setembro e uma diferença de 2,2% em relação a outubro de 2019. Em síntese os créditos de modalidade sem garantia (cheque especial, crediário não consignado) representaram os maiores impactos em termos de redução dentre o crédito com enfoque no cheque especial, enquanto as modalidades consignadas que possuem maiores garantias para as instituições financeiras sofreram baixíssimas alterações durante o ano de 2020.

Gráfico 31 Comparação Taxa de Juros (em 12 meses.)

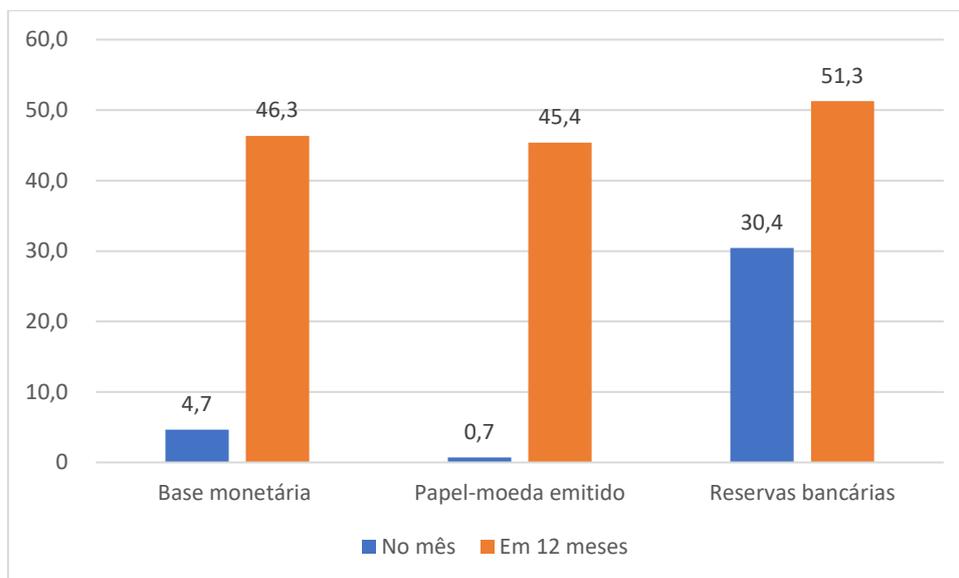


Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

Agregados Monetários

A base monetária sofreu aumento de 4,7% em outubro em 2020, atingindo o montante de R\$ 427,8 bilhões. A variação positiva no mês veio após a variação de - 4,95% em agosto e de 1,5% em setembro. A variação em doze meses situou-se em 46,3%. O papel moeda teve variação positiva de 0,7% no mês e 45,4% em 12 meses, e as reservas bancárias cresceram 30,4% no mês de outubro e 51,3% no agregado de 12 meses.

Gráfico 32 Variação Base monetária e componentes

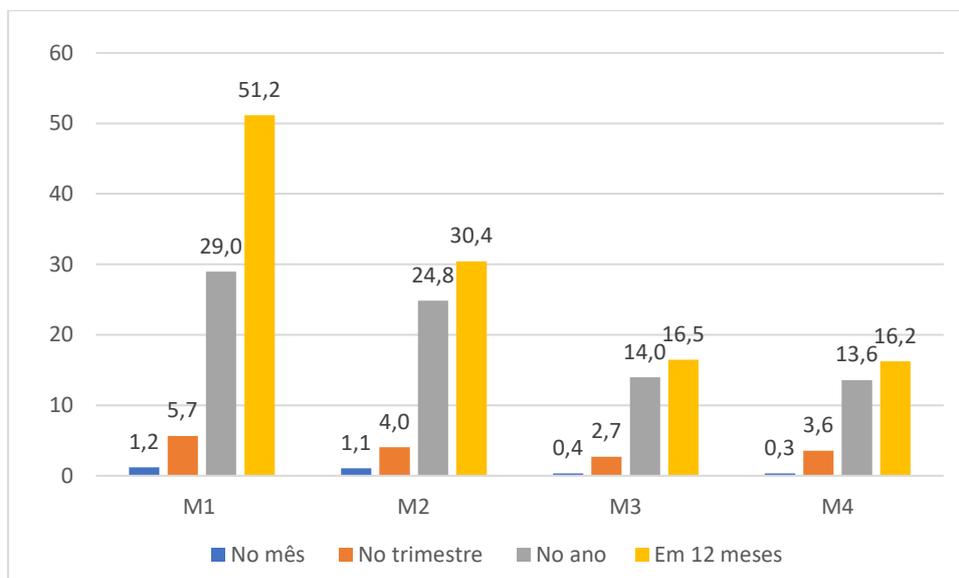


Fonte Banco Central
Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT

Observando os meios de pagamento, o M1 avançou 1,2% no mês, 5,7% no trimestre, 29,0% no ano e 51,2% em doze meses, o crescimento se dá pelo aumento do papel moeda e dos depósitos à vista. O M2, cresceu 1,1% no mês, 4% no trimestre, 24,8% no ano e 30,4% em doze meses. Destaca-se nos componentes do M2 o aumento dos depósitos a prazo, com variação de 1,5% em outubro e dos depósitos na caderneta de poupança com variação de 0,9% no mês. Com variação negativa no M2, destaca-se as letras financeiras com retração de -0,4% no mês.

O M3 teve uma pequena variação de 0,4% no mês, 2,7% no trimestre, 14% no ano e 16,5% em doze meses. O crescimento do mês foi pouco expressivo devido aos resultados negativos das operações compromissadas com títulos privados (-6,2%) e das quotas de fundos monetários (-0,5%). O M4 cresceu 0,3% no mês, 3,6% no trimestre, 13,6% no ano e 16,2% em doze meses, o resultado é impulsionado pela variação negativa dos títulos federais no mês (-0,4%).

Gráfico 33 Variação percentual dos meios de pagamento



Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito Juros e Bolsa da USJT.

BOLSA DE VALORES

No mercado acionário o mês de novembro começou com as atenções voltadas para um único evento ao redor do mundo, as eleições americanas. Evento que ainda podem gerar impactos inesperados advindos das possibilidades de judicialização dos resultados. No entanto apesar das instabilidades políticas o mercado reagiu de maneira positiva com a eleição de Biden como o 46º presidente americano. A visão é a de que o presidente eleito teria um governo menos instável, mais inclusivo e amigável. Por esse motivo as bolsas subiram fortemente, o dólar desacelerou em relação as outras moedas e a curva de juros ao redor do mundo caíram.

Na primeira semana também o FED (banco central dos EUA), o BOE (banco central Inglês) e o BOJ (banco central do Japão) mantiveram suas políticas monetárias e deixaram claro que podem usar as ferramentas que tem em mãos para fazer a flexibilização monetária necessária.

Em relação aos indicadores tivemos resultados positivos, o PMI (atividade industrial) de outubro registrou uma aceleração maior que 50 pontos no cenário externo em média. Outro indicador importante é o Payrooll (mercado de trabalho americano) que veio com criação de vagas maior do que o previsto.

No mercado interno brasileiro vemos expansão no mercado na produção industrial, em alta de 17 de 26 ramos pesquisados. Fato que atuou como uma força positiva para a alta da bolsa.

Os anúncios das vacinas, medicamentos e suas respectivas eficácia no combate do vírus do covid-19 em conjunto com a recuperação do preço do petróleo em função das decisões de corte de produção da OPEP na segunda semana do mês trouxe uma pressão positiva para os mercados o que produziu uma alta forte no mercado de risco no mundo, e no mercado interno a volta da marca dos 100.000 pontos do Ibovespa. Houve uma reação semelhante nos restantes dos mercados do mundo. No entanto em seguida houve um movimento de incertezas e correção nos mercados em função da percepção da segunda onda do Covid-19 ao redor do mundo, e suas consequências devido aos recordes diários de registro de casos ao redor do mundo ocasionando em alguns países medidas restritivas, mas os ânimos que foram acalmados pela confirmação da eficácia das vacinas anunciadas anteriormente, e mesmo nesse cenário de incertezas o Ibovespa manteve alta nas maioria das sessões atingindo e mantendo nas regiões dos 110.000 pontos.

No cenário americano o presidente Trump após algumas certificações de sua derrota nos Estados aparentemente tem assimilado sua derrota, o que traz maior tranquilidade para a sucessão. Enquanto isto Biden procura se aproximar da Europa e tem buscado aprovar seu pacote de estímulo fiscal. As principais farmacêuticas estão pedindo a liberação da vacina para distribuição a Donald Trump. Esse movimento deve começar na próxima semana.

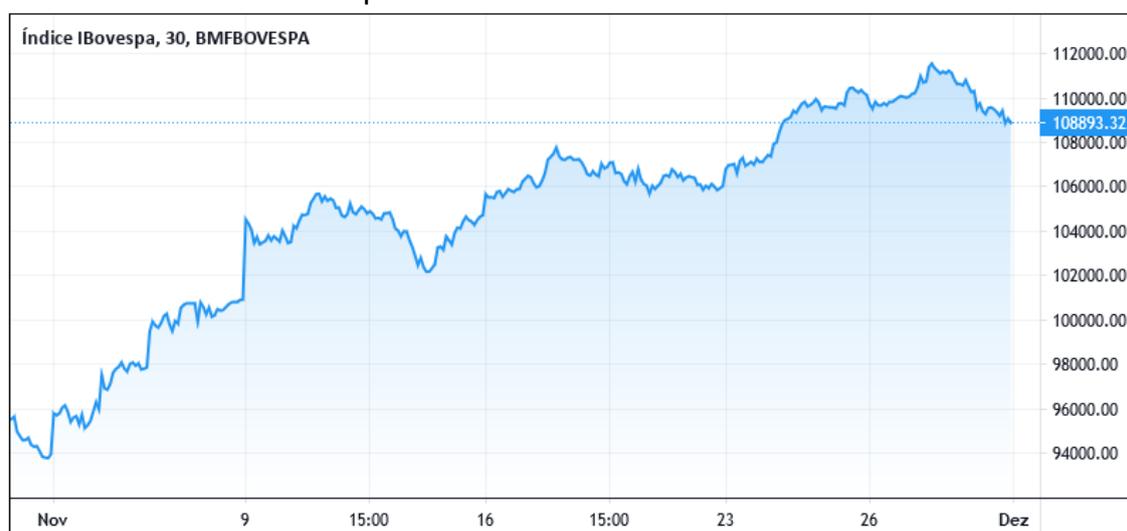
Na zona do euro as maiores medidas restritivas da Inglaterra e a chance de a Alemanha ter uma grande queda do PIB preocupa, devido a esse fato a BCE (Banco Central Europeu) deve começar a um balanceamento do instrumento monetário ampliando a compra dos títulos públicos. Medida parecida com a que o FED deve tomar nas próximas semanas. Outro fato importante foi o acordo do pacífico envolvendo 15 países.

Os dados apresentados influenciaram um movimento de forte alta nos pregões, em ingresso forte de capital estrangeiro na bolsa brasileira, movimento recorde que incluiu um volume de R\$ 31,4 bilhões no mês, anualizando ainda R\$ 53,4 bilhões de déficit no investimento estrangeiro, mas longe dos R\$ 90 bilhões que foram retirados do país nos últimos meses.

Tal volume de investimentos estrangeiros foi um dos principais motivos para o fechamento de 15 dias de altas dos 19 pregões que ocorrem no mês, enquanto alguns dos principais indicadores no mundo o Dow Jones está acima de 30.000 pontos, batendo os recordes históricos.

O índice Ibovespa, o principal índice de ações do mercado que detém as empresas que correspondem a mais de 80% do volume negociado mensalmente em novembro, fechou em 108.893 em pontos, um resultado acumulado de 15,90% no mês, com um resultado anualizado de -4,28% em 2020.

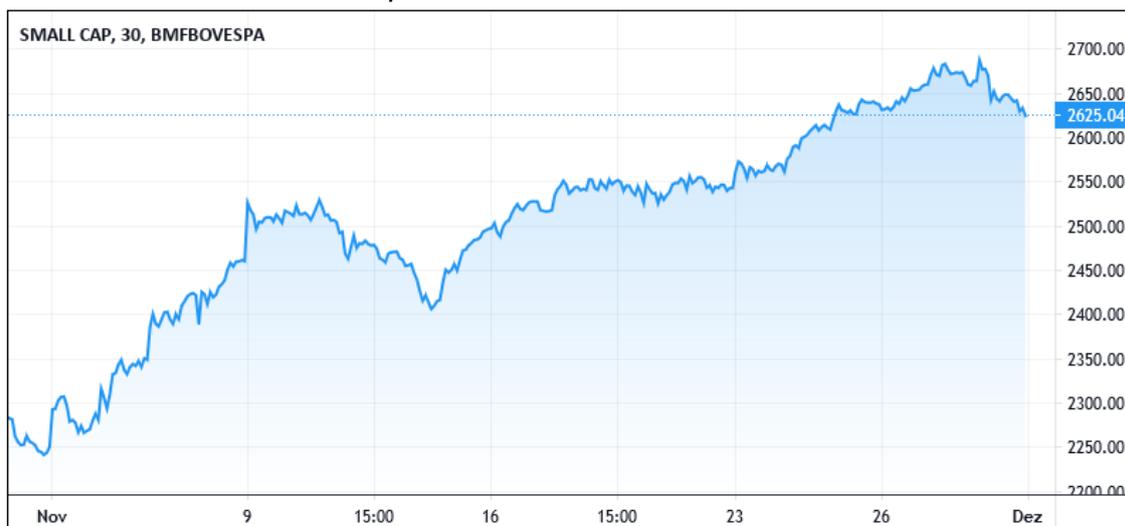
Gráfico 34 Índice Ibovespa. Novembro de 2020.



Fonte e Elaboração: B3.

Seguindo a tendência de recuperação das maiores empresas do país o índice Small Caps que representa ações com menor capitalização da B3 (ações de companhias menores) fechou em novembro em 2.625,04 em pontos, um resultado acumulado de 16,64% no mês, anualizando -8,02% em 2020.

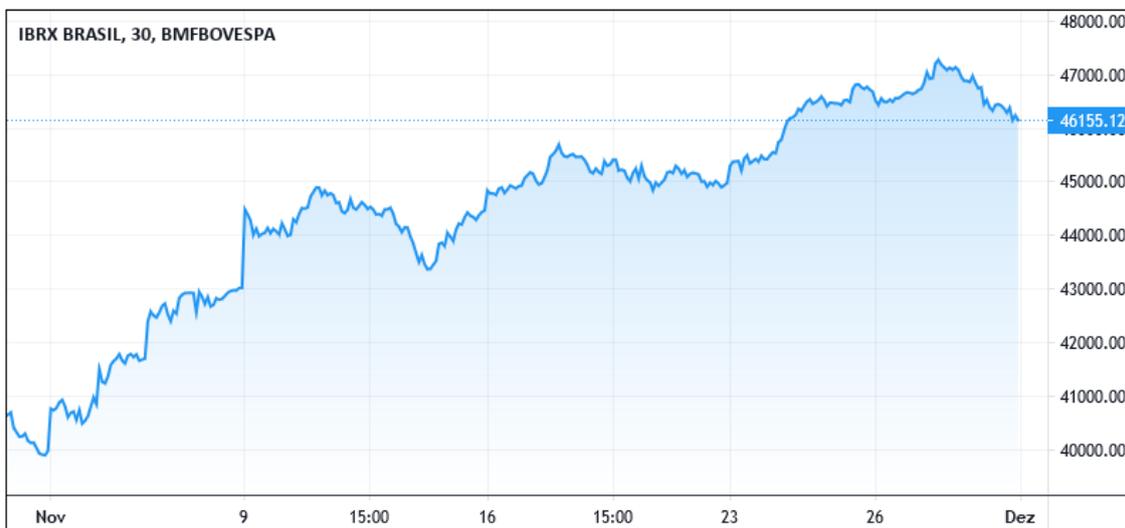
Gráfico 35 Índice *Small caps*. Novembro de 2020.



Fonte e Elaboração: B3.

Apoiada pela retomada do volume de capital estrangeiro no país o índice Brasil, que representa o retorno de uma carteira teórica formada pelas empresas mais negociadas na B3 tanto no critério de volume (liquidez) quanto quantidade fechou em novembro em 46.155,12 pontos, um resultado acumulado de 15,46%. no mês, anualizando -3,97% em 2020.

Gráfico 36 Índice Brasil. Novembro de 2020.



Fonte e Elaboração: B3.

Em relação aos resultados das empresas no mês de novembro os papeis em alta destaque na bolsa de valores temos a ação da empresa Azul (AZUL4) com uma performance de 68,51%, da empresa PetroRio (PRIO3) com uma performance de

59,32% e da empresa Gol Linhas Aéreas (GOLL4) com uma performance de 49,90% no mês.

Entre os destaques das quedas temos a ação da empresa B2W Digital (BTOW3) com uma performance negativa de -5,57%, da empresa Magazine Luiza (MGLU3) com -5,28% e a ação da empresa Fleury (FLRY3) com um resultado de -3,03% em novembro.

Um detalhe interessante no mercado de capitais é que devido ao baixo juros no mês de outubro nos fundos de ações houve um ingresso de capital de R\$ 20,7 bilhões e R\$4,9 bilhões nos multimercados, sendo que no mercado de fundos de renda fixa foram sacados R\$ 50,9 bilhões de acordo com os dados divulgados pela Anbima.

Outra informação relevante é a o crescimento dos CPFs registrados na bolsa de valores brasileira um crescimento de 87,21% entre o período de dez/2019 à out/2020 de acordo com a B3.

Tabela 8 Número de Investidores Pessoa Física últimos 10 anos.

Ano	CPFs cadastrados	Varição %
2010	610.915	0,11
2011	583.202	(0,05)
2012	587.165	0,01
2013	589.276	0,00
2014	564.116	(0,04)
2015	557.109	(0,01)
2016	564.024	0,01
2017	619.625	0,10
2018	813.291	0,31
2019	1.681.033	1,07
2020	3.147.040	0,87

Fonte: B3

Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa.

7- Considerações Finais

O PIB apresentou crescimento de 7,7% na comparação do terceiro trimestre de 2020 contra o segundo trimestre de 2020, considerando a série com ajuste sazonal, indicando uma lenta recuperação da economia brasileira. Os setores mais afetados pela pandemia da COVID-19 no segundo trimestre apresentaram o maior crescimento no trimestre atual, reflexo da volta das atividades frente a um período de fechamento das atividades. Esse crescimento é insuficiente para retomar o patamar de atividade pré pandemia, portanto, a queda da demanda agregada ainda indica muitas incertezas macroeconômicas ainda impedem que novos negócios (investimentos) sejam construídos e que a política fiscal expansionista de combate ao Covid parece ter recuado. Mesmo com um nível de atividade econômica baixo quando comparado ao período anterior a crise do Covid, há pressões inflacionárias geradas principalmente pelo aumento de preços dos alimentos, atingindo mais a população de baixa renda (embora a meta de inflação de 4,5% em 2020 provavelmente será atingida). Este aumento parece estar associado a um fator microeconômico derivado da crise do Covid: com a quarentena (mesmo que parcial) há uma maior permanência nos lares e assim o consumo de alimentos diários nas residências se amplia. Como não há muitos substitutos próximos para os itens principais da cesta básica (arroz, milho, etc) a demanda destes itens de consumo se amplia e como a oferta dos mesmos não se ampliou na mesma velocidade, ocorre o aumento dos preços. Também é importante considerar que parte expressiva desta oferta de alimentos da cesta básica é exportada e a desvalorização cambial trás impactos na internalização dos preços cotados internacionalmente.

O quadro da economia brasileira pode ser resumida no baixo dinamismo econômico se associa a uma baixa demanda agregada, reduzindo a arrecadação tributária e mantendo elevado o desemprego e ampliando espaços para o trabalho informal; o custo do crédito muito elevado mostra que a redução da Selic não chegou satisfatoriamente até os consumidores e produtores; o perfil da dívida pública, concentrado em pagamentos de juros e serviços da mesma, compromete a ampliação de gastos públicos fundamentais para a recuperação econômica (tais como com investimentos em infraestrutura, gastos sociais, manutenção do auxílio emergencial, etc);

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA USJT

COORDENAÇÃO DO BOLETIM: Prof. Miguel Huertas Neto

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Prof. Vladimir Camillo Sipriano

Adriana Santos Gonçalves	Lucas Barbosa Martines
Alexandre Izidorio Paschoalato Silva	Luiz Henrique Moraes
Ana Carolina Maciel	Marina Aparecida Silva
Andre Vinicius Gomes Malpica	Mateus de Queiroz Rocha
Beatriz de Queiroz Barbosa	Matheus Mendes de Almeida
Bianca Freire Massoca	Mayara Santana Silva
Claudio Rubens Silva Filho	Mayra de Mello Gomes
Denis David Silva Oliveira	Mhait de Souza
Eduardo Domingos da Silva	Michael de Souza Franco
Eduardo Moraes de Lima	Nadia Fernandes Camara
Felipe Rodrigues	Nickolas Ricardo Spinel
Flavia Souza Dias	Paloma Cristina Machado Leite
Gabriel Corbalan de Souza	Rafael de Souza Vale
Guilherme de Lima Salcedo Moreira Pinto	Raul Carvalho Castanheiro
Guilherme Veras dos Santos	Renan Merluzzi de Oliveira
Jenni Zi Lin Wang	Rodrigo Morilia Rodrigues
João Arthur Machado Figueiredo	Samara Mayumi Barbosa Uihara
Kayque Tadeu Ferreira dos Santos	Sara dos Anjos Silva
Larissa Sonoda França	Stefany Francetto de Lima
Layra Victoria Freitas Ortega	Thayná Coussirat Pompeu Sullivan Ferreira
Leandro Santos	Thais dos Anjos Mendes
Leandro de Oliveira Costa Ramalho	Victor dos Santos Gallo
Leonardo Ferreira Gonçalves	Vinicius da Costa Luque
Leonardo Gonçalves Gallego	